



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da sétima Sessão Ordinária do primeiro ano da Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada em 06 de abril de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Vice-Presidente Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes. Secretários Srs. Ana Paula Espina de Souza Muniz e Cristiano José Cecon. Primeiramente. A seguir, foi feita a leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Sr. Romilson Nascimento Silva para fazer a leitura do seguinte texto: Primeira Carta de Pedro – Capítulo 3, versículos 8 a 10 “Finalmente, tenham todos a mesma atitude, sejam compassivos, cheios de amor fraterno, misericordiosos e de espírito humilde. Não paguem o mal com o mal, nem o insulto com outro insulto; pelo contrário, abençoem, porque para isso vocês foram chamados, isto é, para serem herdeiros da bênção. De fato, aquele que ama a vida e deseja ver dias felizes guarde sua língua do mal e seus lábios de proferir mentiras; afaste-se do mal e pratique o bem, busque a paz e procure segui-la”. A seguir, o Sr. Presidente solicitou a todos um minuto de silêncio pelas vítimas da COVID-19. Em seguida determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Ana Paula Espina de Souza Muniz, Cristiano José Cecon, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, José Muniz, Rodrigo Reis de Souza, Romilson Nascimento Silva, Silvio Luiz Telles de Menezes, Walter Luís Tozzi de Camargo, Wanderley Teodoro Filho e Wilian Barbosa do Morrinho. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi colocada em Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, realizada em dois de março de dois mil e vinte e um, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente; pela ordem, pediu a palavra o Sr. José Muniz que, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno, apresentou requerimento verbal solicitando que fosse dispensada a leitura dos Projetos dos Srs. Vereadores, lendo-se apenas as ementas, como constatavam na pauta; em discussão e votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, foram lidos os seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1 - Ofício SEGOV n.º 00286/2021 – dando resposta ao Requerimento n.º 039/2021 do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será implantada a operação tapa buraco, no Parque Florianópolis; 2 - Ofício SEGOV n.º 00293/2021 – solicita prorrogação de prazo por mais 30n(trinta) dias para resposta ao Requerimento n.º 049/2021 do Sr. Wanderley Teodoro Filho





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

solicitando informações sobre a possibilidade de colocação de uma tenda na área externa da Farmácia de Alto Custo; 3 - Ofício SEGOV nº 00318/2021 – acusando recebimento das indicações nºs: 168-173-174/2021 – Ver. Afonso Lopes da Silva; 151-152-153-154-155-156-157-158-159-160-175-176-177-178-179-180-183/2021 – Ver. Ana Paula Espina de Souza Muniz; 162-169-170-171-172-181-182/2021 – Ver. Francisco de Souza Campos; 184-185/2021 – Ver. José Alaercio de Toledo Lima Junior; 192-193-194-195/2021 – Ver. José Muniz; 161/2021 – Ver. Rodrigo Reis de Souza; 166/2021 – Ver. Silvio Luiz Telles de Menezes; 163-164-165-167/2021 – Ver. Wanderley Teodoro Filho; 189-190-191/2021 – Ver. Walter Luís Tozzi de Camargo; 186-187-188/2021 – Ver. Wilian Barbosa do Morrinho. 4 - Ofício SEGOV nº 00320/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 051/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre qual o motivo da fonte da Praça Umbelina Bueno, no centro da cidade, estar desativada; 5 - Ofício SEGOV nº 00321/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 052/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre qual a previsão de quando será iniciada a construção da nova rodoviária; 6 - Ofício SEGOV nº 00322/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 053/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre o cronograma de implementação da iluminação pública de LED e quais as localidades que serão feitas as locações; 7 - Ofício SEGOV nº 00323/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 054/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre existência de algum projeto de melhoria do balão da “galeria”, que interliga os acessos às ruas Amapá, à SP-95 e Rua Júlia Frank; 8 - Ofício SEGOV nº 00324/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 055/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre a possibilidade de tornar a Rua Arthur Nogueira em mão única; 9 - Ofício SEGOV nº 00325/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 056/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações se é possível realizar alguma melhoria em relação ao acesso de motoristas à Pousada Popular e à Marmoria Bella Pedra, localizados na Avenida Antonio Pinto Catão; 10 - Ofício SEGOV nº 00326/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 057/2021 de autoria da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando informações sobre os vigilantes da Prefeitura, se todos possuem curso de Formação de Vigilante e se fizeram a reciclagem do curso; 11 - Ofício SEGOV nº 00327/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 058/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será feita a pavimentação e a rede de esgoto na Rua Mariana Queiroz Catão, no Bairro Capotuna; 12 - Ofício SEGOV nº 00328/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 059/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

solicitando informações sobre quando será feita a pavimentação e a rede de esgoto na Rua Joaquim Pinto Catão, no Bairro Capotuna; 13 - Ofício SEGOV nº 00329/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 060/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será feita a pavimentação e a rede de esgoto na Rua Domingos Pinto Catão, no Bairro Capotuna; 14 - Ofício SEGOV nº 00330/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 061/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre qual o motivo da suspensão do pró labore aos Policiais Militares que atuam na fiscalização do trânsito do Município; 15 - Ofício SEGOV nº 00331/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 062/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações sobre o atendimento na Agência de Correios de Jaguariúna, onde principalmente na parte da tarde as pessoas ficam expostas ao sol forte, do lado de fora da agência, formando fila e aglomeração; 16 - Ofício SEGOV nº 00332/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 063/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando à Estância Metrôpolis Turismo e Viação Ltda, EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (com cópia ao Executivo) solicitando informar porque o ônibus que faz a linha Santo Antonio de Posse e atendia ao Bairro Reserva da barra, não está adentrando ao Bairro; 17 - Ofício SEGOV nº 00333/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 064/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações sobre como é feita a fiscalização em relação aos horários de ônibus dentro do Município de Jaguariúna; 18 - Ofício SEGOV nº 00334/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 065/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre qual o motivo da câmera de monitoramento do bairro Reserva da Barra não estar funcionando; 19 - Ofício SEGOV nº 00335/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 066/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será feita a manutenção na iluminação do Pavilhão Nacional da Bandeira exposta no Centro Cultural de Jaguariúna; 20 - Ofício SEGOV nº 00336/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 067/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre a canalização de água do Bairro Zambom; 21 - Ofício SEGOV nº 00337/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 068/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre a reforma do teto da UBS “Dona Ika”; 22 - Ofício SEGOV nº 00338/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 069/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações sobre quais as consequências que a Lei do desmembramento trouxe para o abastecimento de água e da rede de esgoto; 23 - Ofício SEGOV nº 00339/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 070/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sobre quanto a continuidade do pagamento do pró-labore aos Policiais Militares de Jaguariúna; 24 - Ofício SEGOV nº 00340/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 071/2021 de autoria dos Srs. Wanderley Teodoro Filho e Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre a leitura dos hidrômetros das residências deste Município, se estão sendo feitas mensalmente e qual a empresa responsável pela leitura dos mesmos; 25 - Ofício SEGOV nº 00341/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 072/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações sobre às Indicações nºs 051, 133, 183, 217, 259, 227, 375, 354/2017; 006, 310, 294/2018; 204, 205, 130, 155, 174, 214, 220 e 226/2019; 26 - Ofício SEGOV nº 00342/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 073/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre previsão de tornar as ruas José Alves Guedes e Cel. Amâncio Bueno em mão única de direção; 27 - Ofício SEGOV nº 00343/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 074/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre qual foi a destinação da verba da obra que previa a cobertura da Praça Doutor Celso Ataliba de Moraes, Vila Guilherme e porque a obra não foi concluída; 28 - Ofício SEGOV nº 00344/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 075/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre como são pagos os valores da dívida consolidada do Município, detalhando itens especificados, do início ao fim dos pagamentos; 29 - Ofício SEGOV nº 00345/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 076/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre do que se tratam os saldos “restos a pagar” relativos aos anos de 2012, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2020, quais os credores e quais os planos para quitação dos mesmos; 30 - Ofício SEGOV nº 00347/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 078/2021 de autoria do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando informações sobre quais os bairros abrangidos por UBS, quantos moradores são atendidos por cada UBS e quantos profissionais são as especialidades disponíveis; 31 - Ofício SEGOV nº 00348/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 079/2021 de autoria do Sr. Wilian Barbosa do Morrinho solicitando informações sobre os procedimentos que são ou possam ser adotados pelo Município, para que sejam notificados os proprietários de veículos danificados que são abandonados ou deixados estacionados, por tempo indeterminado nas vias públicas; 32 - Ofício SEGOV nº 00350/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 081/2021 de autoria dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Erivelton Marcos Proêncio solicitando informações sobre quanto as eleições do CONTUR de nossa cidade; 33 - Ofício SEGOV nº 00351/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 082/2021 de autoria do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações e medidas legais adotadas referentes a problemas relativos a





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

conduta de servidor da JAGUARPREV nos últimos dias; 34 - Ofício SEGOV nº 00352/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 083/2021 de autoria do Sr. José Muniz de solicitando informações quanto a possibilidade de ter mais rondas policiais freqüentes no Bairro Vila Primavera; 35 - Ofício SEGOV nº 00353/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 084/2021 de autoria do Sr. José Muniz de solicitando informações sobre a possibilidade de ter colocação de lixeiras para coletas seletivas no centro, próximo aos comércios a Legítima Super 10, Tropical Jeans, Supermercado Fonso, Loja Santa Catarina, Lotérica da Sorte Grande, CIA Dorigatti e Lojas Cem; 36 - Ofício SEGOV nº 00354/2021 – acusando o recebimento do Requerimento nº 085/2021 de autoria do Sr. José Muniz de solicitando informações do porque não foi atendida e respondida a Indicação nº 016/2019; 37 - Ofício SEGOV nº 00370/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 082/2021 de autoria do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações e medidas legais adotadas referentes a problemas relativos a conduta de servidor da JAGUARPREV nos últimos dias; 38 - Ofício SEGOV nº 00371/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 065/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre qual o motivo da câmara de monitoramento do bairro Reserva da Barra não estar funcionando; 39 - Ofício SEGOV nº 00373/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 066/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será feita a manutenção na iluminação do Pavilhão Nacional da Bandeira exposta no Centro Cultural de Jaguariúna; 40 - Ofício SEGOV nº 00374/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 083/2021 de autoria do Sr. José Muniz solicitando informações quanto a possibilidade de ter mais rondas policiais freqüentes no Bairro Vila Primavera; 41 - Ofício SEGOV nº 00376/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 052/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre qual a previsão de quando será iniciada a construção da nova rodoviária; 42 - Ofício SEGOV nº 00377/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 054/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações se existe algum projeto de melhoria do balão da “galeria”, que interliga os acessos às ruas Amapá, à SP-95 e Rua Júlia Frank; 43 - Ofício SEGOV nº 00378/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 055/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre a possibilidade de tornar a Rua Arthur Nogueira em mão única; 44 - Ofício SEGOV nº 00379/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 056/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre se é possível realizar alguma melhoria em relação ao acesso de motoristas à Pousada Popular e à Marmorina Bella Pedra, localizados na Avenida Antonio Pinto Catão; 45 - Ofício SEGOV nº 00380/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 063/2021 de autoria do Sr.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Afonso Lopes da Silva solicitando à Estância Metrópolis Turismo e Viação Ltda, EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (com cópia ao Executivo) solicitando informar porque o ônibus que faz a linha Santo Antonio de Posse e atendia ao Bairro Reserva da barra, não está adentrando ao Bairro; 46 - Ofício SEGOV nº 00381/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 071/2021 de autoria dos Srs. Wanderley Teodoro Filho e Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre a leitura dos hidrômetros das residências deste Município, se estão sendo feitas mensalmente e qual a empresa responsável pela leitura dos mesmos; 47 - Ofício SEGOV nº 00382/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 073/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre previsão de tornar as ruas José Alves Guedes e Cel. Amâncio Bueno em mão única de direção; 48 - Ofício SEGOV nº 00383/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 078/2021 de autoria do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando informações sobre quais os bairros abrangidos por UBS, quantos moradores são atendidos por cada UBS e quantos profissionais são as especialidades disponíveis; 49 - Ofício SEGOV nº 00384/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 079/2021 de autoria do Sr. Wilian Barbosa do Morrinho solicitando informações sobre os procedimentos que são ou possam ser adotados pelo Município, para que sejam notificados os proprietários de veículos danificados que são abandonados ou deixados estacionados, por tempo indeterminado nas vias públicas; 50 - Ofício SEGOV nº 00385/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 081/2021 de autoria dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Erivelton Marcos Proêncio solicitando informações quanto as eleições do CONTUR de nossa cidade; 51 - Ofício SEGOV nº 00386/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 080/2021 de autoria dos Srs. Wilian Barbosa do Morrinho e Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando informações sobre a retomada, no exercício de 2021, do fornecimento de alimentação pronta, tipo “marmitex”, bem como da entrega de kit’s de frutas e vegetais, aos alunos da rede pública de ensino de nosso Município; 52 - Ofício SEGOV nº 00387/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 061/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre qual o motivo da suspensão do pró labore aos Policiais Militares que atuam na fiscalização do trânsito do Município; 53 - Ofício SEGOV nº 00388/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 070/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações esclarecimento quanto a continuidade do pagamento do pró-labore aos Policiais Militares de Jaguariúna; 54 - Ofício SEGOV nº 00389/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 069/2021 de autoria do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando informações sobre quais as consequências que a Lei do desmembramento trouxe para o abastecimento de água e da rede de esgoto; 55 - Ofício SEGOV nº 00390/2021 – solicitando prorrogação do prazo, por mais 15





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

(quinze) dias para atendimento dos Requerimentos nº 051/2021 – Ver. Wanderley Teodoro Filho; 064-072/2021 – Ver. Afonso Lopes da Silva; 053-068-074-075-076/2021 – Ver. Francisco de Campos Souza; 56 - Ofício SEGOV nº 00392/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 057/2021 de autoria da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando informações sobre os vigilantes da Prefeitura, se todos possuem curso de Formação de Vigilante e se fizeram a reciclagem do curso; 57 - Ofício SEGOV nº 00393/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 058/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será feita a pavimentação e a rede de esgoto na Rua Mariana Queiroz Catão, no Bairro Capotuna; 58 - Ofício SEGOV nº 00394/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 059/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será feita a pavimentação e a rede de esgoto na Rua Joaquim Pinto Catão, no Bairro Capotuna; 59 - Ofício SEGOV nº 00395/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 060/2021 de autoria do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando informações sobre quando será feita a pavimentação e a rede de esgoto na Rua Domingos Pinto Catão, no Bairro Capotuna; 60 - Ofício SEGOV nº 00396/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 067/2021 de autoria do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando informações sobre a canalização de água do Bairro Zambom; 61 - Ofício SEGOV nº 00397/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 084/2021 de autoria do Sr. José Muniz solicitando informações quanto a possibilidade de ter colocação de lixeiras para coletas seletivas no centro, próximo aos comércios a Legítima Super 10, Tropical Jeans, Supermercado Fonso, Loja Santa Catarina, Lotérica da Sorte Grande, CIA Dorigatti e Lojas Cem; 62 - Ofício SEGOV nº 00398/2021 – dando resposta ao Requerimento nº 085/2021 de autoria do Sr. José Muniz solicitando informações do porque não foi atendida e respondida a Indicação nº 016/2019; a seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposições dos Senhores Vereadores Projetos: 1 – De Lei do Sr. Romilson Nascimento Silva – Determina que os serviços terceirizados pelo Poder Público que utilizam veículos, caminhões e máquinas para a prestação de serviços sejam equipados com GPS para rastreamento, no Município de Jaguariúna, e dá outras providências; 2 - De Lei dos Srs. Erivelton Marcos Proêncio – Walter Luís Tozzi de Camargo – Rodrigo Reis de Souza – Francisco de Souza Campos – Silvio Luiz Telles de Menezes – Ana Paula Espina de Souza Muniz – Institui e regulamenta os canais de vendas exercidos nas Atividades Econômicas do Município de Jaguariúna e dá outras providências. Requerimento: 1 – Do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o corte das árvores do campo do Padre; 2 - Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações sobre como é repassado para a prefeitura o Orçamento do total da





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

contagem de número de passageiros registrado pela catraca do transporte público mensal da Empresa Metrópolis; 3 - Do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando será feito o recapeamento da rua General Gomes Carneiro, no Bairro Berlim; 4 - Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de compra de teste rápido para os funcionários da área da Saúde; 5 - Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade do Laboratório SM – Unidade Jaguariúna estar fazendo teste rápido para COVID-19, em massa para a população de Jaguariúna, com preços mais acessíveis, ou parcerias ou até mesmo doações; 6 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os serviços prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAE; 7 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os serviços prestados pela contratada SELECT Serviços Terceirizados EIRELI, através do Contrato de nº 171/2020, pregão eletrônico nº 09/2020 (Prestação de serviços de leitura de medidores/hidrômetros, com impressão e entrega simultânea das tarifas de água e esgoto); 8 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água nas creches, escolas e em todos outros departamentos da área de Educação no Município de Jaguariúna; 9 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água nos parques públicos e em todos os departamentos da área de Cultura e Turismo no Município de Jaguariúna; 10 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água em todos os departamentos da área de Esporte e Lazer no Município de Jaguariúna; 11 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água em todos os departamentos da área de Assistência Social no Município de Jaguariúna; 12 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água em todos os departamentos da área de Obras no Município de Jaguariúna; 13 - Do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando ao Executivo Municipal informações sobre existência de cronograma de revitalização e reformas das praças e parques do Município e se sim, se poderia compartilhar com esta Casa de Vereadores; 14 - Do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando ao Executivo Municipal informações sobre base de cálculo, arrecadação, número de contribuintes e regras de cobrança do ITBI Municipal; 15 - Do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando a Casa atualização do Código Tributário Municipal, no site da Câmara Municipal; 16 - Dos Srs. Wanderley Teodoro Filho e José Alaercio de Toledo Lima Junior solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a implantação do





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Sistema de Telemedicina no Hospital Walter Ferrari e nos Postos de Saúde do Município; 17 - Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações quanto ao dissídio dos servidores públicos Municipais; 18 - Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações quanto a contratação de menor aprendiz nos moldes da Administração Pública do Poder Executivo. Indicações: 1 – Da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando ao Executivo Municipal para que seja implantado atendimento da especialidade neuropediatra no Município; 2- Da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando ao Executivo Municipal para que sejam instaladas coberturas nas quadras poliesportivas no Parque Serra Dourada, no Bairro João Aldo Nassif; 3 - Da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando ao Executivo Municipal para que sejam realizadas benfeitorias no campo de areia localizado no bairro Dona Luiza; 4 - Da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando ao Executivo Municipal para que sejam instalados consultórios odontológicos na UBS dos Bairros Zambon, Cruzeiro do Sul e Roseira de Cima; 5 - Da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando ao Executivo Municipal elaboração da Carteira de Identificação do Autista em forma de crachá personalizado, acompanhado de cordão; 6 - Do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando ao Executivo Municipal melhorias no prédio da Delegacia Civil de Jaguariúna; 7 - Do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando ao Executivo Municipal construção de Parque Infantil na Rua Joaquim Elias, no Bairro Pinheiros; 8 - Dos Srs. Wanderley Teodoro Filho e Rodrigo Reis de Souza solicitando ao Executivo Municipal cobertura da quadra de esportes no Parque José Pires Júnior, Bairro Florianópolis; 9 - Do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando ao Executivo Municipal implantação de sistema de redutor de velocidade (depressão) nas Ruas Mário Alexandre Lima e Mário Finotelli; Bairro Floresta; 10 - Da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando ao Executivo Municipal para que seja realizado mutirão de atendimento aos finais de semana com as especialidades: Ginecologista, Cardiologista, Neurologista, Oftalmologista e Urologista; 11 - Da Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz solicitando ao Executivo Municipal para que seja realizada poda de árvore em toda da extensão da Rua Lanzoni da calçada do Parque Serra Dourada, Bairro João Aldo Nassif; 12 - Do Sr. Wilian Barbosa do Morrinho solicitando ao Executivo Municipal manutenção, limpeza e construção de calçadas nas áreas institucionais do Bairro Mário Finotelli; da Vila 12 de Setembro II; ou seja, na Rua Salvador Torres, esquina com a Rua Souza, Praça Charles R. Clemente e Praça Colombini; 13 - Do Sr. Wilian Barbosa do Morrinho solicitando ao Executivo Municipal reajuste da Bolsa Auxílio Mensal concedida a título de contraprestação de Estágio, a cada estudante estagiário contratado pela prefeitura, nos termos das Leis nº 1868 e 1869; 14 – Do Sr. Francisco de Souza





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Campos solicitando ao Executivo Municipal reparo na pavimentação asfáltica da Rua Guanabara, Bairro Dom Bosco e também, em trecho da Rua Santa Catarina; 15 - Do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando ao Executivo Municipal melhoria da iluminação em frente à entrada do cemitério; 16 - Do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando ao Executivo Municipal avaliar a possibilidade da destinação das sobras de alimentos das escolas e creches municipais para a Associação Carisma de Jaguariúna; 17 - Do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando ao Executivo Municipal reparo na pavimentação asfáltica da que dá acesso à empresa JBS e que seja feita a calçada na extensão da mesma; 18 - Do Sr. Rodrigo Reis de Souza solicitando ao Executivo Municipal instituir como atividades essenciais de prestação de serviços de educação física público e privados, seguindo adequação às normas técnicas sanitárias de higiene, estabelecidas pela Secretaria de Saúde e pelo Governo do Estado; 19 - Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal realização de barreiras e testagem em massa da população, para COVID-19; 20 - Dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Erivelton Marcos Proêncio solicitando ao Executivo Municipal promover a regulamentação dos serviços de DELIVERY, DRIVETHUE e TAKE AWAY; 21 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal implementação de um Sistema Municipal de Defesa do Consumidor; 22 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal intensificar a fiscalização dos estabelecimentos comerciais para verificar se os preços estão de acordo com os valores aplicados nos meses anteriores; 23 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal criação de Sistema Municipal de Coleta Móvel de Sangue, no Município de Jaguariúna; 24 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal concessão de descontos no ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza às empresas ou prestadores de serviços que apoiarem financeiramente os projetos esportivos do Município; 25 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal encaminhar a esta Casa de Leis, projeto REFIS; 26 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal criação de campanhas anuais de medicina preventiva, similar ao modelo do “Programa Virada da Saúde”, para realizar orientações de prevenção, tratamento e diagnóstico de doenças em ações coordenadas em bairros do Município; 27 - Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal implantação de faixas de pedestres em “X” nos cruzamentos das vias públicas com maior fluxo de transeuntes; 28 - Do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando ao Executivo Municipal para que seja retomada, o mais rápido possível, a vacinação dos profissionais da Saúde no nosso Município; 29 - Do Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes solicitando ao Executivo Municipal incluir na próxima Fase de vacinação do grupo prioritário contra a COVID-19, os





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

profissionais que trabalham em consultórios e clínicas e que são considerados serviços essenciais; 30 - Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal implementação de tele-atendimento para os pacientes de COVID-19 no Município. Moções: 1 – Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Congratulações e Louvor aos profissionais da Saúde da cidade de Jaguariúna, pela dedicação e esforços em enfrentar a Pandemia de COVID 19; 2 - Do Sr. Wanderley Teodoro Filho de Congratulações e Louvor a estudante Vitória Brentegani, por ter sido classificada para segunda fase do vestibular de Direito, na USP – Universidade de São Paulo; 3 - Do Sr. Wanderley Teodoro Filho de Pesar pelo passamento do Sr. Alex Araujo de Assis, em 23 de março corrente; 4 - Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Pesar pelo passamento da Sra. Maria das Graças de Moraes Oliveira, em 23 de março corrente, aos 68 anos; 5 - Do Sr. Francisco de Souza Campos de Pesar pelo passamento do Sr. Lídio Vanderlei de Oliveira, em 29 de março corrente, aos 65 anos; 6 - Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Pesar pelo passamento da Sra. Renata de Moraes Oliveira Rodrigues, em 30 de março corrente, aos 37 anos; 7 - Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Pesar pelo passamento do Sr. Antonio Tonini, em 31 de março corrente, aos 93 anos; *Diversos*: 1 Ofício N° DO GLI DPL 209/2021 Igsb – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo dando resposta ao Requerimento n° 109/2020 do Sr. Afonso Lopes da Silva solicitando à EMTU – Empresa Metropolitana de Transporte Urbano, qual a relação que existe entre o número de ônibus circulando e as fases de liberação do Plano São Paulo, entre outras questões; 2 - Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via <http://portalfns.saude.gov.br/>) comunicando liberação de recursos para o Município de Jaguariúna, no mês de fevereiro de 2021, no valor de R\$ 803.144,68; 3 - Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via <http://portalfns.saude.gov.br/>) comunicando liberação de recursos para o Município de Jaguariúna, no mês de março de 2021, no valor de R\$ 1.997.016,88; 4 - Processo 003/2021 – Departamento Financeiro desta Casa de Leis, referente ao Balancete Mensal relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de fevereiro de 2021; 5 - Processo 004/2021 – Departamento Financeiro desta Casa de Leis, referente ao Balancete Mensal relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de fevereiro de 2021. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação a seguinte Propositura, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções n°s 63 e 91; sugerindo para que, de acordo com o parágrafo primeiro do Art. 243 do Regimento Interno, a votação procedesse de forma simbólica, onde o vereador deveria permanecer sentado para aprovação da propositura e levantasse a mão quando fosse contrária a votação. A seguir, em votação: 1 - Requerimento Do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando ao





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Executivo Municipal informações sobre o corte das árvores do campo do Padre, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 2 - Requerimento Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações sobre como é repassado para a prefeitura o Orçamento do total da contagem de número de passageiros registrado pela catraca do transporte público mensal da Empresa Metrópolis, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 3 - Requerimento Do Sr. Wanderley Teodoro Filho solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quando será feito o recapeamento da rua General Gomes Carneiro, no Bairro Berlim, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 4 - Requerimento Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de compra de teste rápido para os funcionários da área da Saúde, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 5 - Requerimento Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade do Laboratório SM – Unidade Jaguariúna estar fazendo teste rápido para COVID-19, em massa para a população de Jaguariúna, com preços mais acessíveis, ou parcerias ou até mesmo doações, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 6 - Requerimento Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os serviços prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna – SAE, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 7 - Requerimento Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os serviços prestados pela contratada SELECT Serviços Terceirizados EIRELI, através do Contrato de nº 171/2020, pregão eletrônico nº 09/2020 (Prestação de serviços de leitura de medidores/hidrômetros, com impressão e entrega simultânea das tarifas de água e esgoto), o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 8 - Requerimento Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água nas creches, escolas e em todos outros departamentos da área de Educação no Município de Jaguariúna, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 9 - Requerimento Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água nos parques públicos e em todos os departamentos da área de Cultura e Turismo no Município de Jaguariúna; 10 - Requerimento Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água em todos os departamentos da área de Esporte e Lazer no Município de Jaguariúna, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 11 - Requerimento Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água em todos os departamentos da área de Assistência Social no Município de Jaguariúna, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 12 - Requerimento Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Municipal informações sobre limpeza das caixas d'água em todos os departamentos da área de Obras no Município de Jaguariúna, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 13 - Requerimento Do Sr. Francisco de Souza Campos solicitando ao Executivo Municipal informações sobre existência de cronograma de revitalização e reformas das praças e parques do Município e se sim, se poderia compartilhar com esta Casa de Vereadores, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 14 - Requerimento Do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando ao Executivo Municipal informações sobre base de cálculo, arrecadação, número de contribuintes e regras de cobrança do ITBI Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 15 - Requerimento Do Sr. Erivelton Marcos Proêncio solicitando a Casa atualização do Código Tributário Municipal, no site da Câmara Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 16 - Requerimento Dos Srs. Wanderley Teodoro Filho e José Alaercio de Toledo Lima Junior solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a implantação do Sistema de Telemedicina no Hospital Walter Ferrari e nos Postos de Saúde do Município, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 17 - Requerimento Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações quanto ao dissídio dos servidores públicos Municipais, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 18 - Requerimento Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações quanto a contratação de menor aprendiz nos moldes da Administração Pública do Poder Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 19 - Moção Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Congratulações e Louvor aos profissionais da Saúde da cidade de Jaguariúna, pela dedicação e esforços em enfrentar a Pandemia de COVID 19, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 20 - Moção Do Sr. Wanderley Teodoro Filho de Congratulações e Louvor a estudante Vitória Brentegani, por ter sido classificada para segunda fase do vestibular de Direito, na USP – Universidade de São Paulo, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 21 - Moção Do Sr. Wanderley Teodoro Filho de Pesar pelo passamento do Sr. Alex Araujo de Assis, em 23 de março corrente, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 22 - Moção Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Pesar pelo passamento da Sra. Maria das Graças de Moraes Oliveira, em 23 de março corrente, aos 68 anos, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 23 - Moção Do Sr. Francisco de Souza Campos de Pesar pelo passamento do Sr. Lídio Vanderlei de Oliveira, em 29 de março corrente, aos 65 anos, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 24 - Moção Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Pesar pelo passamento da Sra. Renata de Moraes Oliveira Rodrigues, em 30 de março corrente, aos 37 anos, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; 25 - Moção Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de Pesar pelo passamento do Sr. Antonio Tonini, em 31 de março corrente, aos 93





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

anos. Em seguida, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por quatro minutos e trinta segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Rodrigo Reis de Souza que a passou; a seguir, pela ordem tomou a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou o Presidente, demais colegas Vereadores, os funcionários da Casa e todos que assistiam pelas redes sociais, e disse ao Presidente que queria dar um destaque e um recado para os moradores, especificamente, do Santo Antonio do Jardim em relação à cobrança antiga do pessoal a respeito da quadra nas proximidades do campo de futebol do bairro Santo Antonio do Jardim, pois sofriam um problema antigo que era o furto de fios, enfim, holofotes, disjuntores e que aquilo prejudicava as atividades físicas dos moradores do Santo Antonio do Jardim; e que ele vinha sempre conversando com a Secretária de Obras, a Fernanda, que era sempre solícita e que já tinha feito a reposição da compra dos holofotes da quadra, enfim, precisava fazer tudo de novo a parte da fiação, colocar os holofotes e que até disjuntores foram roubados e, infelizmente, era uma pena, pois vinham sofrendo com aquele problema e que acabava onerando os moradores em desenvolver fazer uma atividade física e que lamentava pois era um bairro mais afastado e que tinham o efetivo da Polícia Militar e a Polícia Municipal mas, sabiam que era um bairro distante e, infelizmente, as pessoas sofriam com aquilo; e pediu a colaboração dos moradores que ao verem algo naquela direção, que ligassem para a Polícia Municipal para que pudesse tirar de circulação aquelas pessoas que, infelizmente, moradores, pessoas com problemas, principalmente com drogas que vinham causando aquele prejuízo ao patrimônio público; e pediu, ao Presidente, principalmente em nome do senhor Geneci que era morador antigo do Santo Antonio do Jardim que desenvolvia a prática esportiva no futebol de campo e, também, da quadra; disse ainda que queria falar em relação ao bairro Floresta onde tinham as demandas para serem atendidas, principalmente no entorno do campo de futebol de areia que tinha um problema sério com a chuva e que a Fernanda já comprou os tubos e que colocariam em breve resolvendo o que problema que tinha lá e que o Wanderley que andava bastante pela Cidade, confirmou com o Wanderley, que eles sabiam que tinha aquele problema e só iria resolver canalizando a água para jogar direto para o rio e que estavam cobrando para finalizar aquela melhoria, enfim, era a manutenção, corte de mato, enfim, em todo o bairro, principalmente no entorno do campo de futebol de areia, academia ao ar livre para que o pessoal pudesse ter tranquilidade e um ambiente sadio para desenvolver as atividades físicas pois, no hoje, em virtude da pandemia viam bastante pessoas fazendo, principalmente de forma isolada atividades físicas e que eram muito bom, também; então eram só aqueles dois destaques para





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tranquilizar os moradores do Floresta e Santo Antonio do Jardim pois sabiam do trabalho que tinham lá todos aqueles anos frente aos bairros e que não era fácil; e pediu a ajuda de todos os Vereadores pois juntos, eram mais fortes, e que precisavam se unirem pois os bairros mais afastados eram os mais afetados os que menos tinham políticas públicas desenvolvidas neles; e que tiveram longas brigas e demandas para atender aqueles bairros era o Capitinga, esgoto no Ana Helena, enfim, continuação do asfalto para finalizar os três bairros e rede de esgoto, também; e pediu aos Pares para se unirem naquela direção para estar desenvolvendo aqueles bairros e que ele tinha lá a parceira do parceiro de parido o José Muniz que estava firme com ele naquele projeto, confirmou com Muniz, onde foram direcionados alguns ofícios aos Deputados parceiros para que conseguissem uma emenda parlamentar para desenvolver aqueles bairros; ele falava sempre, disse ao Presidente, que a eleição passou, a eleição acabou em novembro e tinha que deixar de lado a política partidária e desenvolver as políticas públicas pois era aquilo que a população cobrava, diariamente, todo mundo entrava no whatsApp falando, diariamente, com seus eleitores e era aquilo que cobravam; percebiam que tinham uma morosidade, resquício da eleição e que era uma pena, pois só atrasava o desenvolvimento dos bairros; e que indo aos lugares sentiam aquilo e que estava deixando bem claro que só queria ajudar, desenvolver um mandato da melhor maneira possível (naquele momento o senhor Presidente solicitou ao Vereador para que concluísse sua fala, uma vez que o tempo dele havia se esgotado), e ele continuou falando que tinham um compromisso, confirmou com Presidente, e ele queria desenvolver da melhor maneira possível; agradeceu desejando uma ótima noite a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Silvio Luiz Telles de Menezes, Walter Luís Tozzi de Camargo, Wanderley Teodoro Filho, Wilian Barbosa do Morrinho e Ana Paula Espina de Souza Muniz que a passaram; a seguir, tomou a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos e disse que ele queria agradecer a população de Jaguariúna que vinha o motivando naquele trabalho cansativo mas, porém, motivador da “Vassoura Solidária” e, no hoje, chegaram a cem famílias atendidas todas com o apoio da população fora as que ele direcionava e que a maioria, na Assistência Social eram atendidas; e gostaria de agradecer todas as pessoas que vinham ajudando naquela campanha de sucesso e que tinham pessoas que ficavam bravas porque ele colocava a foto da cesta mas, eram aquelas fotos que motivavam as outras pessoas a doar; agradeceu desejando boa noite a todos e que ficassem com Deus; a seguir, tomou a palavra o Sr. Erivelton Marcos Proêncio que cumprimentou a todos que acompanhavam pelas redes sociais, aos nobres colegas presentes, a Mesa, funcionários da Casa, e disse que gostaria de ressaltar o trabalho conjunto daquela Casa em prol do pequeno empresário da Cidade, do pequeno comerciante e que todo o esforço deles em reuniões que foram feitas lá, com o





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Executivo e demais secretários a fim de encontrar soluções que pudessem amenizar o sofrimento do pequeno empresário, naquele momento; e que era verdade, que nem todas as demandas deles e todas as indicações que ele, na sua humilde posição colocou ao Executivo, foram atendidas mas, o trabalho conjunto lá e quando deixavam o ego de lado e trabalhavam em prol daqueles que mais precisavam, conseguiam produzir frutos que eram transformadores; então disse que, naquela noite entrava um projeto de lei de iniciativa deles, juntamente com outros Vereadores da Casa para regulamentar as atividades de drive-thru, take-away, delivery e drive-in, para que o comerciante pudesse ter alternativas para poder trabalhar naquele momento e ressaltou que o Prefeito foi feliz em poder liberar o drive-thru para todas as atividades e ele esperava que todos pudessem contribuir para que aquilo pudesse funcionar, razoavelmente bem no Município e que as pessoas continuassem conseguindo, de alguma maneira, produzir renda e poder trazer o sustento para a casa; e que ele viu, também que o Estado de São Paulo e aqui, especificamente na Região Metropolitana de Campinas que também foi liberado o take-away para bares e restaurantes e que aquela era mais uma vitória para o pequeno empresário que tanto vinham afirmando lá, em tantas reuniões, em tantas sessões; desejou boa noite a todos e que continuassem contando com eles, Vereadores, para continuarem a defender eles, dia a dia e que aquele era o recado dele para o comerciante e para o trabalhador e, claro para contarem com todos naquela Casa que estavam solícitos a escutarem as demandas do cidadão; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Francisco de Souza Campos que a passou; a seguir, tomou a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior que cumprimentou o Sr. Presidente, colegas Vereadores e as pessoas que estavam acompanhando e disse que precisava falar ainda sobre a pandemia, pediu desculpa pois ele era insistente e que vivia falando das mesmas coisas mais achava que eram coisas importantes; disse que a pandemia teve uma mudança, recentemente, de suas características, eram muitos jovens apresentando casos graves, muitas pessoas morrendo e que tinham em média de três mortes por mês e que no mês de março foram trinta e oito e naquele mês, pelo que ele viu já foram seis ou sete; então, provavelmente alguns fatores estavam sendo, estava influenciando naquele aspecto imaginando que a nova cepa do vírus, nova variante, fossem as causas daquilo, mas tinham algumas coisas que eles precisavam falar e que aquela Casa de Leis estava se empenhando em melhorar o trabalho dos comerciantes, dos pequenos empresários, estavam fazendo o possível mas, não era suficiente, a restrição que estava sendo imposta na sociedade, não estava trazendo benefícios e viam que, fechava muito e a pandemia piorava, viam Estados que fizeram fechamentos terríveis, com restrições terríveis, quase com um lockdown de verdade e que os números não melhoraram; e que estavam há um mês fechados e os números só pioravam e que algumas outras coisas teriam





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que serem feitas e não poderia basear a nossa conduta no enfretamento do COVID em fechar o comércio, atrapalhar a indústria e montar salas de UTI, não podiam; disse ainda que tinha alguns números que ele pegou no Portal da Transparência, no dia anterior e disse que o Governo do Estado de São Paulo recebeu em dois mil e vinte, cento e trinta e cinco bilhões de reais do Governo Federal, cento e trinta e cinco bilhões de reais, do Governo Federal e que era o pior Estado naquele aspecto da pandemia; o Estado de São Paulo, se fosse um País seria o décimo primeiro com mais mortes no mundo, e que alguma coisa estava errada; e que Campinas recebeu no ano passado duzentos e trinta e nove ponto sete milhões de reais; e que Jaguariúna, ano passado recebeu sete milhões e cem mil reais, disse que era impressionante que desde que começou a serem feitas as estatísticas, foi o ano de dois mil e vinte, foi o ano superávit pelos Estados e municípios no Brasil inteiro, não foi só Jaguariúna que conseguiu guardar onze milhões e que o Estado de São Paulo guardou no ano passado dez bilhões de reais, dez bilhões, novecentos e catorze milhões; e os municípios e Estados terminaram o ano de dois mil e vinte com oitenta e dois milhões de reais em caixa, poxa vida, e ainda falavam que faltava dinheiro, ele pediu desculpas mas, o Governo Federal estava investindo bilhões e não eram suficientes para conseguir ter hospital para todo mundo, e porque sobrava dinheiro?, porque tinha superávit; todo o dinheiro que foi para o Rio Grande do Sul foi usado, quase todo, dois terços, para pagar os atrasados dos funcionários; e que alguma coisa estava errada e tinham que mudar a tática; já propuseram e estavam propondo nas reuniões semanais com o Executivo e com a Secretaria de Saúde propondo mudança de tática de enfrentamento, exames com resultados mais rápidos como o cara colega José Muniz têm insistindo tanto (naquele momento o senhor Presidente solicitou ao Vereador para que concluísse sua fala, uma vez que o tempo dele havia se esgotado), e ele agradeceu o Presidente e continuou falando que precisavam mudar a tática; desejou boa noite e que Deus abençoasse o nosso município; a seguir, pela ordem tomou a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou o Presidente, colegas Vereadores e todos que acompanhavam pelas redes sociais, e então parabenizou o doutor Junior pela colocação dele e agradeceu o Prefeito e a Secretária de Saúde e ao hospital e que começaram já, na sexta-feira, os testes rápidos e que fizeram duas reuniões junto com o Executivo e Legislativo e que foi cobrado pois sabiam da importância que era aquilo e que começou na sexta-feira a fazer os testes rápidos para os funcionários da área da Saúde que estavam sofrendo, estavam no limite e que aquilo trouxe uma tranquilidade para eles e, não só para eles, como para as pessoas que chegavam ruins para serem internadas estavam fazendo testes rápidos, também, e que aquilo já era um grande avanço; disse que concordava com quase tudo ou com tudo que o doutor Junior falou naquela noite e que os Governos estavam uma vergonha, aquilo





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

deveriam ir ao STF por semana eles estavam brigando por poder, estavam brigando e matando o povo; no hoje, ele falou uma coisa e que comparou o governo Lula com o governo Bolsonaro, o Lula sabiam que fez um rombo na Petrobrás, no INDS e que o Governo atual estava fazendo um arrombo na vida das pessoas, estavam roubando milhões e bilhões, como o doutor Junior falou, e que não estavam sendo investidos porque, no hoje, o rombo estava afetando, diretamente as vidas, estavam matando, tirando vida do povo; então estava na hora de parar com a briga política e investir mais no povo e que a política era o próximo ano e, infelizmente, aqueles governadores estava uma vergonha, STF uma vergonha e o povo morrendo, o povo morrendo; disse ao doutor Junior que Jaguariúna teve os sete milhões só que gastaram seis milhões por mês com a saúde de Jaguariúna, por mês, então o que eles mandavam para o Município se fosse fazer um comparativo, era uma vergonha, era uma vergonha; e que nossa Saúde, no hoje, por tudo que estava passando, as dificuldades que estavam enfrentando era com excelência, então ele concordava com tudo que o doutor Junior falou e que o problema não estava na nossa cidade, estavam naqueles políticos corruptos, o STF que era uma vergonha, governadores que eram uma vergonha para o Brasil, estavam tirando vidas, matando pessoas por causa de dinheiro e de poder, infelizmente; e que não podiam se calar, eles moravam em Jaguariúna e se pudessem ajudar aquele povo que eram deles, era para ajudar, fazer, trabalhar e batalhar e disse que o doutor Junior estava coberto de razão e tinham que frear o COVID, de uma forma ou de outra tinham que achar um meio para poder frear o COVID; o comerciante estava sofrendo, estava pagando e que a população, também, tinha que colaborar e que não podia ficar no mercado, daquele jeito lotado, os comércios fechados e que tinham que ter um pouquinho de consciência e que todos tinham que pegar aquela responsabilidade porque estava morrendo muitas pessoas em Jaguariúna, pessoas conhecidas e amigas deles, tinha a família do Alan que estava sofrendo porque ele foi intubado no dia anterior; então não era brincadeira mais tinha que cada um fazer a sua parte, tinha que colaborar, prevenir, tinha que se cuidar porque quem estava pagando o preço, no hoje, uma dívida, era o comércio, eram os comerciantes da Cidade e não era por causa do Prefeito, por causa dos Vereadores eles não tinham força, não tinham poder para nada a não ser cobrar e ele nem sabia se iria chegar aquele áudio até eles, governantes, mas era uma vergonha e que não dava mais para aguentar, achava que o povo precisava parar de ser roubado, de ser sofrido, ser massacrado, não por eles, Vereadores, o Prefeito com um Município pequeno mas viam que era lá em cima, era lá em cima que estava a pouca vergonha e que estavam querendo derrubar o Presidente de todo jeito e todo custo daquela forma, tirando vidas e que aquilo era um absurdo e que não concordava com aquilo; e falou que o doutor Junior estava de parabéns e que foi perfeito e era aquilo mesmo e tinham que dar um





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

jeito ou alguma forma (naquele momento o senhor Presidente solicitou ao Vereador para que concluísse sua fala, uma vez que o tempo dele havia se esgotado), e ele desejou boa noite a todos e que depois iria concluir; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Presidente, Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos e disse que não iria falar porque tinha uma pauta extensa mas tinham algumas coisas que não podia deixar de passar e a questão que colocavam da pandemia estava claro, se fosse pegar a questão do número de Jaguariúna a questão que estava acontecendo em Jaguariúna e comparar com a questão de outras cidades e com a questão Nacional, era a mesma pendência; o que levava aquilo a refletir e a fazer?, na verdade não adiantava tinha que ter uma política nacional de combate ao COVID, tinha que partir da União alguns exemplos e passar aquilo para baixo; porque viam que depois de um ano que foram montar um comitê de acompanhamento da pandemia em nível Nacional tipo uma gestão, um grupo gestor da crise da pandemia; e fazia um ano que já montou aquilo e foi atrás de especialistas, montou com a Secretaria de Saúde, ou seja, realmente estava faltando comando e acabava sobrando para os municípios daí os repasses para os Estado repassava tudo para baixo, então, realmente estava faltando comando no País e que ele estava falando aquilo para fazer uma reflexão ou tinha um enfrentamento Nacional com a União, Estados e Municípios ou não iriam sair do lugar, iria sempre patinar, patinar e, que infelizmente estava crescendo pois estavam tendo um mês de março muito difícil; outra questão que ele queria destacar lá e até deu os parabéns para os Vereadores pela participação na reunião com os servidores ele foi procurado e achava que a solução não estava com o Presidente da Câmara, a solução estava conjunta em discutir e ver a saída para a questão do servidores mas viam que estavam barrando na um sete três, ele achava que todo mundo percebeu naquela reunião e que tinham o intuito mais de ouvir os servidores e o sindicato e viram que, realmente, estava complicado do ponto de vista da legislação, então teriam que ver outras alternativas porque ficava muito difícil fazer qualquer tipo de repasse pelo que foi explicado no dia anterior e era aquilo que estava colocado; e que a mesma eficiência que o Governo teve para editar uma medida que abrangia todos os municípios a um sete três, também tinha que ter a mesma eficiência; daí ele fez uma comparação em relação a política de combate a pandemia que quando queria, realmente achava a saída e, infelizmente, foi uma saída que estava prejudicando os servidores; ele destacou ainda outro assunto que o Romilson trouxe que era a questão de roubo de fios e que ele tinha um projeto na Câmara que incluía aquela discussão e como era final do outro mandato acabou que não votaram e que iria retomar para a reunião de comissões aquele projeto para que pudessem discutir e quem sabe combater aquela questão dos roubos de fios que estava prejudicando, deu até um tempo no ano passado mas estava complicando esse ano; não estava funcionando as





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

escolas mas viam roubos em escolas, algumas ruas no escuro por causa do roubo de fios e, realmente, precisavam tomar uma providência e iria retomar aquela discussão reapresentando o projeto que estava na gaveta; agradeceu a todos e que iria continuar com a pauta; Terminado o Expediente, o senhor Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o senhor Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada onde foi constatando a presença dos seguintes senhores vereadores: Afonso Lopes da Silva, Ana Paula Espina de Souza Muniz, Cristiano José Cecon, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, José Muniz, Rodrigo Reis de Souza, Romilson Nascimento Silva, Silvio Luiz Telles de Menezes, Walter Luís Tozzi de Camargo, Wanderley Teodoro Filho e Wilian Barbosa do Morrinho. Constatado o número regimental, o senhor Presidente deu início à Ordem Do Dia. Primeiramente o Senhor Presidente solicitou para que fizesse a leitura do requerimento de Urgência Especial assinado pelos senhores vereadores Rodrigo Reis de Souza – Erivelton Marcos Proêncio – Francisco de Campos Souza – Ana Paula Espina de Souza Muniz – Wilian Barbosa do Morrinho, solicitando para que o Projeto de Lei dos senhores Erivelton Marcos Proêncio, Walter Luís Tozzi de Camargo, Rodrigo Reis de Souza, Francisco de Souza Campos, Silvio Luiz Telles de Menezes, Ana Paula Espina de Souza Muniz e Wilian Barbosa do Morrinho, que institui e regulamenta os canais de vendas exercidos nas Atividades Econômicas do Município de Jaguariúna e dá outras providências, fosse apreciado em única discussão e votação. A seguir, em votação foi o mesmo requerimento aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, o senhor presidente solicitou para que a senhora Secretária fizesse a leitura do Parecer do Relator Especial designado, vereador Cristiano José Cecon, ao referido projeto. A seguir, foram apresentadas duas Emendas Aditivas ao referido projeto, motivo pelo qual o senhor presidente solicitou para que fosse feita a leitura das mesmas Emendas: 1 – Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 013/2021 (§ 1º Após a realização do pedido, os estabelecimentos ficam autorizados a determinar que o veículo aguarde em área informada pelo atendente do estabelecimento até que o pedido fique pronto, para que as filas sejam controladas e para que se evite problemas de trânsito). Terminada a leitura o senhor Presidente colocou a referida Emenda em discussão e votação, a qual foi aprovada por unanimidade de votos; 2 – Emenda Aditiva Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 013/2021 (§ 1º A modalidade drive-in se aplica a restaurantes, lanchonetes e food trucks, sendo que a compra e consumo do produto não podem ser realizados fora do veículo. § 2º Tratando-se de propriedade privada, tais estabelecimentos podem utilizar o espaço privado para prática desta modalidade. § 3º Quando se tratar de espaço público, necessário se





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

faz termo de autorização emitido pelo Poder Executivo). Terminada a leitura o senhor Presidente colocou a referida Emenda em discussão e votação, a qual foi aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o senhor presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 013/2021, de autoria dos senhores Erivelton Marcos Proêncio, Walter Luís Tozzi de Camargo, Rodrigo Reis de Souza, Francisco de Souza Campos, Silvio Luiz Telles de Menezes, Ana Paula Espina de Souza Muniz e Wilian Barbosa do Morrinho, que institui e regulamenta os canais de vendas exercidos nas Atividades Econômicas do Município de Jaguariúna e dá outras providências; pediu a palavra o senhor pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo que, primeiramente, cumprimentou a todos dizendo que com a distância, infelizmente, não tinham aquela proximidade da chegada deles na Câmara, enfim, desejou boa noite a todos; e que gostaria de falar brevemente daquele projeto pois diante de tudo que estavam vivendo e que foi muito bem colocado pelos nobres colegas no momento do Expediente, com relação a pandemia e os estragos que ela estava fazendo e quando falavam da questão econômica estavam falando que, muitos dos pequenos e médios, estavam sofrendo muito mais que os grandes naquele momento difícil que a economia passava; então a Câmara Municipal, através de um trabalho de formiga e sabiam que as formigas trabalhavam em conjunto e que cada uma levava sua folhinha para dentro do seu formigueiro, para que depois fizesse o alimento para todos; então, assim foi a construção daquele projeto de trazer conceitos que eram usados nos Estados Unidos da América, um conceito americano com palavras com palavras totalmente estrangeiras mas que, muitas vezes, dificultava o entendimento do pequeno comerciante, o pequeno empreendedor para saber o que era delivery, take-away, drive-thru e drive-in, então o projeto de lei vinha para dizer que aquelas atividades que o Governo autorizou a acontecer e, naquele momento da pandemia estavam falando em delivery e drive-thru, poderiam ajudar o comerciante a usar sua criatividade e daquela criatividade superar as dificuldades naquele momento difícil de lidar com as portas fechadas; e ele gostaria de conceituar, principalmente os três primeiros que eram os mais comuns, o delivery era para entregar o produto ao cliente; o drive-thru era o cliente dentro do carro recebendo o produto na porta do estabelecimento e o terceiro que era o take-away era ir até o balcão do estabelecimento para retirar o produto; Jaguariúna já fez aquilo, por várias vezes ao longo da pandemia ajudando, exatamente o comércio naquele momento difícil que viveram no ano de dois mil e vinte onde foi permitido take-away para uma alternativa que ajudou, não era a solução total do problema mais era uma boa parte dela e, no momento, com as medidas mais restritivas que estavam vivendo e com a porta fechada, literalmente, e com a dificuldade batendo na porta, o aluguel para pagar, a energia, as contas, os funcionários, não era fácil, não era fácil sobreviver na inflação que estavam





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

vivendo no País, não era fácil ir ao mercado como estavam indo e voltar com menos compras e gastando mais dinheiro; e, então quando faziam uma lei simples como aquela que ajudava a regulamentar aqueles conceitos e dar a oportunidade do pequeno ou médio empreendedor poder trabalhar, era o mínimo que aquela Casa tinha que fazer e que muitas discussões aconteceram lá e que ele gostaria de agradecer o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – Vereador Wilian Morrinho por ter pautado aquele projeto na quarta-feira passada iniciando aquela discussão e a todos que, muito solícitamente participaram e encorajaram o projeto com ideias, com emendas e até com a própria assinatura; o que conseguiram, a partir daquele momento?, conseguiram fazer uma lei porque um decreto resolveria o problema, sem dúvida nenhuma, mas quando o Poder Legislativo podia ajudar e participar do Poder Executivo favorecendo e agilizando aquele processo, ele achava que era competência daquela Casa, sim porque senão não teria motivo de chamar Casa de Leis; então lá tinham um papel, importante para trabalhar em conjunto com o Executivo e que gostaria de agradecer a todos os Vereadores que colaboraram para que aquele projeto fosse realizado e, naquele momento, seria votado por aquela Casa e ele esperava que os frutos chegassem até os pequenos e médios empreendedores da Cidade para que conseguissem, no mínimo, manter seu sustento através do seu negócio; agradeceu; pediu a palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza que cumprimentou a todos e os que acompanhavam pelas redes sociais dizendo que via aquele projeto muito importante para o comércio da Cidade e que era uma forma de dar fôlego ao trabalhador em meio a uma pandemia, de uma situação complicada sócio econômica dos comerciantes de Jaguariúna; em meio daquele cenário complicado, um colapso da Saúde não poderiam deixar de pensar no setor econômico; o objetivo do projeto, com certeza, era pensar no comerciante para que o trabalhador jaguariunense retornasse a sua rotina de trabalho, claro com os protocolos mas que pudesse retomar as atividades e com fôlego para prosseguir; agradeceu aos nobres colegas pois em conjunto conseguiram efetuar (som não audível) agradeceu o colega Wilian Barbosa do Morrinho que fazia parte da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Erivelton, autor do projeto, o Waltinho e que era muito importante para a questão sócio econômica do Município, era óbvio porque sabiam pois estavam passando por um colapso no setor da Saúde mas não podiam deixar jamais de pensar no comerciante e que ele via aquele projeto de muita valia por dar fôlego ao comerciante e do trabalhador que tanto estava sofrendo com o colapso; agradeceu; pediu a palavra o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que só gostaria de lembrar que com o esforço conjunto daquela Casa de Leis, aquele projeto que foi apresentado pelos nobres colegas e que seria aprovado e tinha certeza que seria aprovado, no hoje, em forma de urgência





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mas ele dependia da regulamentação pelo Poder Executivo para que fosse implementado e que só aquela lei sendo aprovada, ela não era suficiente para que aquele tipo de comércio fosse implantado no Município iria precisar da regulamentação; e apelaram ao Executivo para que aquilo fosse feito no mais breve possível período de tempo para que os comerciantes e pequenos empresários e empreendedores pudessem usufruir daquele benefício; agradeceu pois era só aquilo que queria falar; pediu a palavra o senhor Francisco de Souza Campos dizendo que queria agradecer a todos que participaram do projeto, a todos que agregaram com ideias e que conseguiram construir em conjunto uma boa redação e sabiam que não era o único problema que aquela pandemia causou no momento em que se falava de economia, quando se falava dos comerciantes, mas sabiam da dificuldade do autônomo, aquela pessoa que não tinha carteira assinada e informal, assim dizendo, que não tinha um amparo nenhum e necessitava de auxílio emergencial para pagar as contas básicas e sobreviver; e que aquele auxílio emergencial que o Governo estava providenciando naquele momento não cobrava sessenta por cento da cesta básica e que era um assunto muito delicado, também porque achava que seria importante dividir com eles, com a Casa para que pudessem quebrar a cabeça para de alguma maneira poder ajudar aquela categoria; ele falou ainda que o Wanderley apresentou uma indicação sobre a possibilidade da criação de um auxílio emergencial municipal pois era uma categoria muito importante e precisava olhar com carinho e sabiam que todos tinham dificuldades mas aquele que tinha carteira assinada tinha algum respaldo tinha o FGTS, INSS, enfim, tinha uma seguridade maior; agradeceu a todos. A seguir, o senhor presidente colocou em única votação o mencionado projeto de Lei nº 013/2021, o qual foi aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, Em Primeira Discussão: 1. Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 001/2021 do Executivo Municipal – dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Orgânica Municipal relativos à concessão, permissão, autorização e cessão de uso de bens públicos, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, III do R.I.). Foram apresentadas as seguintes Emendas, que o senhor presidente solicitou para que fossem feitas as leituras: Emenda nº 001 – dos Srs. Francisco de Souza Campos – Wanderley Teodoro Filho – Rodrigo Reis de Souza – José Alaercio de Toledo Lima Junior.. Suprime o Inciso VII e renumera os demais do art. 113, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2021. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador-art. 297, I, “a”); pediu a palavra o senhor Francisco de Souza Campos dizendo que eles, autores da emenda verificaram uma situação de Ely Lopes Meireles que quando se tratava de uma entidade não pertencente à Administração Municipal, seria necessária autorização legislativa, por aquilo queriam suprimir a cessão de autorização legislativa e validaram





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aquele texto com advogados para que não dificultasse o texto do projeto como um todo; fez a seguinte leitura: “A cessão do uso dos bens municipais, quando direcionado à órgãos da própria administração municipal, por se tratar de ato ordinário, não requer a expedição de decreto, e quando direcionado à outra entidade ou pessoa estranha à administração municipal, demanda-se também, autorização legislativa”; em seguida, pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo e em face da emenda apresentada, disse que muito já tinham discutido naquela Casa o projeto principal e que o principal motivo dele era desburocratizar o trabalho legislativo da Administração Pública e dar mais serelidade e promover os serviços públicos com maior eficiência para a população e diante da emenda apresentada eles estariam fazendo um retrocesso ao processo anterior, onde constava na Lei Orgânica aquela necessidade do poder legislativo para aqueles atos, lembrando que o artigo sétimo do projeto original tinham alguns verbos a conjugar que os ajudavam a fazer a administração melhorar, que era conceder, permitir, autorizar, ceder, então diante daquela colocação que foi no projeto original, pediu aos vereadores para não acolherem a emenda, depois de todo trabalho executado, ainda mais quando exautavam Eli Lopes Meireles mas, naquele momento, analisando as palavras do Eli Lopes, teriam de ter um Estado mais rápido, mais sério, não um Estado travado como um transatlântico que levava muito tempo para manobras; pediu para que rejeitassem a emenda, com todo o respeito aos autores; em seguida, pediu a palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza, dizendo que ele respeitava a opinião dos colegas, pois viviam em um país democrático, com liberdade de expressa, porém, conforme mencionaram a cessão dos bens municipais, quando direcionada a órgãos do próprio poder municipal, por se tratar de ato ordinário, não requeria a expedição de decreto, e quando direcionada a outra entidade ou pessoa estranha à Administração Municipal, demandava autorização legislativa e a única coisa que estavam pedindo lá era um pouco mais de autonomia na fiscalização de quando alguma pessoa estranha à Administração Municipal ou alguma entidade que não fosse do Órgão Municipal, que eles pudessem fiscalizar e que aquilo pudesse ser passado para a Câmara e se entendessem que era viável, eles pudessem prosseguir; via que o maior ato deles como fiscalizadores era exatamente o intuito da emenda deles. A seguir, em votação a referida Emenda nº 001 foi rejeitada por nove votos contrários e quatro favoráveis dos senhores: Francisco José Alaercio de Toledo Lima Junior, Rodrigo Reis de Souza e Wanderlei Teodoro Filho; Emenda nº 002 – dos Srs. Francisco de Souza Campos – Wanderley Teodoro Filho – Rodrigo Reis de Souza – José Alaercio de Toledo Lima Junior. Altera o inciso IV, do art. 126, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2021. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador- art. 297, I, “a”) pediu a palavra o senhor Jose Alaercio de Toledo Lima Junior





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dizendo que era o mesmo caso e a mesma justificativa da emenda anterior; lembrou os colegas que num futuro um prefeito sem autorização legislativa poderia ceder por tempo indeterminado o teatro municipal ou ginásio municipal, para um ente federal ou estadual, como exemplo o Ministério da Cultura exigiria o teatro e sem autorização legislativa eles passariam ou simplesmente do Executivo aquela cessão de uso do teatro Municipal para o Ministério da Cultura, sem terem controle nenhum sobre ele, era só um exemplo entre tantos outros que poderiam ser dado; em seguida pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que pelos mesmos fatos e argumentos anteriores, saudou os proponentes da emenda e insistiu que estavam vivendo um momento ímpar da administração pública, exemplo dado pelo próprio Governo Federal da necessidade do Estado caminhar com menos carga nas costas e muitas vezes queriam levar para o Estado mais atribuições e responsabilidades, levando para ele um peso muito grande, haja vista, o que viam em Brasília a dificuldade do presidente da República ter de ir toda hora ao Congresso Nacional com medidas e ações para poder governar, ele não sabia se aquele era o melhor caminho, e que algumas ações eram necessárias e era importante que o Parlamento participasse, até porque tinha obrigações constitucionais, que jamais seriam tiradas ou modificadas dentro da Lei Orgânica, e que o exemplo do Governo Federal era o maior exemplo daquilo, viram grandes discussões e lutas entre o Senado e a Câmara e o Presidente da República, muitas vezes não deixando ele trabalhar com a velocidade e agilidade que ele merecida, então lá a proposta dele como vereador era para a Lei Orgânica se tornar mais moderna e a modernidade dela dar agilidade para a Administração Pública, sem tirar qualquer direito ou atribuição dos vereadores de fiscalizar, acompanhar, exigir outras medidas que fossem tomadas aquelas sessões; solicitou a rejeição da emenda para fazerem do Estado conforme os moldes que já por dois anos e meio praticamente não tinha conseguido; em seguida, pediu a palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza, que falou que respeito a opinião dos demais, reiterando a fala anterior da outra emenda, complementando a opinião do doutor Junior que poderia acontecer que entidade de outros âmbitos, Estadual ou Federal, mas poderia ser uma pessoa estranha à Administração, não estava dizendo que iriam acontecer coisas ruins, mas eles pediam que independente das situações, que todas passassem pelo Poder Legislativo para terem autonomia e discernimento para decidir o que seria benéfico para a população ou não, era só aquilo que ele pedia a todos para dar aquele voto de confiança à emenda; a seguir, pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio acrescentando na discussão que ele achava importante o cidadão de Jaguariúna entender da mesma maneira como foi citado de o Governo Federal querer a cessão de espaço público, mostrou por exemplo uma situação que acontecia no país que os números mostravam como sendo boas, a





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

questão de escola cívico militar, como se o prefeito quisesse fazer aquilo na cidade e tivesse uma Câmara que fosse contrária às idéias no mandato dele, que naturalmente a cidade poderia perder a oportunidade de um benefício como aquele; era importante entender o papel de cada poder dentro da democracia, o papel deles era entender que era para fiscalizar o Executivo executava e o judiciário iria ver se estava de acordo com a lei, estavam cansados de ver aquele monte de intromissão de um poder no outro e o que tinha gerado no país, era só levar para Brasília veriam o quanto o STF se metia onde não era para se meter e o quanto pagavam por aquilo, o quanto as vezes o Legislativo atrapalhava o trabalho do Executivo de cumprir com aquilo que ele prometeu que iria cumprir, as pessoas estavam esperando, quando a pessoa votava no Executivo e conseqüentemente no plano de Governo dele, logo, ela esperava que aquilo fosse realizado mas, se os poderes ficassem brigando entre uns e outros, para impedir que o Executivo realizasse seu trabalho, ele achava que aquilo não seria benéfico para a cidade; ressaltou que o papel deles era de fiscalizar, jamais a Câmara iria perder o poder de fiscalizar, fazer as denúncias necessárias; ele achava que precisavam rever a maneira de enxergar o papel do Administrador, o papel do Estado, tinham de parar de burocratizar e simplificar as coisas para que as coisas pudessem andar da melhor maneira possível; a seguir, pediu a palavra o senhor Wilian Barbosa do Morrinho, dizendo que foi comentada a questão como doutor Junior colocou de ceder o teatro para o Governo estadual, Federal, e aquilo não fosse algo favorável ou que seguisse os interesses públicos de Jaguariúna; o inciso quatro determinava que para que houvesse a cessão tinha de ter o eminente interesse público, então eles sabiam que eles como Órgão de fiscalização externo, junto ao Tribunal de Contas e Ministério Público teriam de fiscalizar aquele interesse eminente em qualquer cessão, então da mesma forma que poderia haver uma ação do prefeito que fosse de encontro com o interesse público, também poderia haver ato do Poder legislativo para barrar em confronto com o interesse público, então de qualquer forma a Câmara tinha como barrar, levar aquilo para o Ministério Público, caso acontecesse uma situação onde a cessão a um Órgão de direito público quer não fosse componente da Administração Pública local fosse um ato para prejudicar de alguma forma a população de Jaguariúna; então por aquilo desde o início dos debates daquele projeto ele defendeu que a cessão não caberia necessidade de estar sendo precedida de lei perante aquela Casa; ele respeitava a todos que apresentaram a emenda mas, realmente ele acreditava que para a seleridade e para que eles pudessem manter o equilíbrio entre os poderes, teriam de manter a redação original apresentada pelo Executivo. A seguir, em votação a referida Emenda nº 002 foi rejeitada por nove votos contrários e quatro favoráveis dos senhores: Francisco José Alaercio de Toledo Lima Junior, Rodrigo Reis de Souza e Wanderlei Teodoro Filho. Em seguida, foi colocado em primeira





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 001/2021, do Executivo Municipal – dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Orgânica Municipal relativos à concessão, permissão, autorização e cessão de uso de bens públicos, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, III do R.I.); pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria, em nome do Governo o qual representava como líder ele gostaria de explanar, brevemente a questão daquela emenda que foi apresentada para a Câmara e qual seria o objetivo dela; e sabiam que a Lei Orgânica era a constituição do Município e a lei máxima que tinha no território municipal e que lá alguns artigos estavam sofrendo alteração com a proposta, exatamente como já falou nas duas situações anteriores para dar serenidade, agilidade ao Poder Público para que pudesse trabalhar com mais velocidade e atender aos anseios da população; saindo um pouco o âmbito municipal ele iria mais uma vez se remeter ao Governo Federal onde poderiam aproveitar, como exemplo, algumas situações que estavam em discussão no País, exatamente, buscar para que o Governo Federal tivesse autonomia e conseguisse trabalhar melhor e mais rápido na máquina pública que era muito difícil porque exigia muita burocracia; e quando promoviam no Município uma alteração daquele porte, principalmente na questão de permissão, autorização e concessão, estavam lá dizendo que o Município estava se modernizando e dando oportunidade a trazer novos investimentos para a Cidade, a trazer novas frente de emprego e renda para a cidade de Jaguariúna e, conseqüentemente fazer um Estado mais ágil e que aquilo favorecia a economia, favorecia a iniciativa privada em participar de algumas ações; dali a pouco iriam discutir um projeto de lei de uma PPP- Parceria Público Privada que vinha complementar aquelas ações que estavam na Lei Orgânica e que uma coisa acaba sendo casada com outra; quando apresentaram aquela proposta de facilitar e agilizar os serviços públicos, agilizar a ação era para que tivessem a liberdade do Poder Executivo e do Chefe do Poder Executivo para trabalhar Políticas Públicas porque muitas vezes era burocrática porque ficar assinando documentos e aqueles documentos, muitas vezes, poderiam ser assinados por um Secretário porém, a responsabilidade era solidária, a responsabilidade ao ordenador era absolutamente dele, ele não conseguia transferir a ninguém; então quando faziam aquela proposta estavam, ainda sim legitimando as autoridades as competências, as obrigações, os direitos de cada um mas, dando ao Estado a facilidade de trabalhar e agir; ele achava que o nosso País clamava por mudanças, o Brasil precisava de mudanças e que começasse pelos municípios e que ele sempre foi e seria naquela Casa um municipalista, defensor do Município como agente, principal da sociedade porque moravam aqui e, se o Município caminhava bem, se o Município tinha a capacidade de se organizar rapidamente, ele passaria a ser um destaque dentro dos outros cinco





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mil e quatrocentos municípios do Brasil e daí os investimentos poderiam chegar até eles; então parabenizou o Executivo pela proposta e que via uma Administração moderna dali para adiante e ele acreditava e torcia todos os dias para que o Brasil seguisse o mesmo exemplo para que o Presidente tivesse a liberdade de trabalhar, também em Brasília; pediu a palavra o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior dizendo ao senhor Walter que eram grande as palavras dele e que concordava com quase tudo e ele só não concordava que a disputa entre os Poderes lá no Governo, na esfera Federal fosse por causa da lei, ta bom que a Constituição de oitenta e oito era uma Constituição travada mesmo, aquilo era uma verdade, ele não era grande conhecedor mas tudo que ele estudava, numa visão conservadora ou liberal, era uma Constituição que travava mesmo; mas o problema, na opinião dele não era aquele, o problema era a sede pelo poder, a corrupção e a sede pelo dinheiro e pelo poder, por isso, as coisas não andavam, no município não, ele também era municipalista, aqui os interesses pareciam, naquela Legislatura, que era mesmo o Município; ele também achava que o Executivo precisa ter agilidade, autonomia e que concordava com tudo aquilo mas, aquela proposta, disse que era favorável aquela proposta de emenda a Lei Orgânica, sim, ele era favorável mas ele já falou aquilo e que não iria voltar a discutir e o futuro iria colocar eles em cheque se houvesse algum problema no futuro; era só aquilo que queria falar; pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio dizendo que achava válida aquela discussão era válido falar mas, ele gostaria de apresentar algumas informações que eram relevantes naquela questão de falar de burocracia ou não e disse que FIESP realizou uma pesquisa falando sobre a questão de burocracia e que oitenta e quatro por cento da população brasileira considerava que o nosso País era burocrático demais e que setenta e cinco por cento da população brasileira acreditava que a burocracia era um estímulo para a corrupção e que aquela era a realidade do Brasil, quanto mais burocracia maior era a oportunidade de ter corrupção, maior era a oportunidade, de novo, o Poder Legislativo, Executivo ou Jurídico de dar oportunidade para balcão de negócios, o que queriam era que o País fosse cada vez mais simples, mais livre e mais moderno e que era verdade, disse ao doutor Junior, a Constituição e que era já disse uma vez lá e que era uma realidade, era uma revanche a ditadura militar, era revanchista em relação a ditadura militar e que namorava, fazia um romance diário com o socialismo e era por isso que estavam naquela situação; um País, extremamente com inúmeros problemas em relação a corrupção e inúmeras burocracias que atrapalhavam as pessoas a se desenvolverem e que afastava os investimentos externos, afastavam os investimentos no País visando a melhoria nos serviços públicos para devolver para as pessoas dignidade e oportunidade de ter água, esgoto em casa e a oportunidade de poder ter um hospital decente, oportunidade de ter uma escola decente, uma rodovia decente,





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

enfim, um exemplo mais clássico que tinham era o que aconteceu nos últimos anos o quanto o mercado era burocrático e fechado para as indústrias telefônicas, para as empresas telefônicas e era para ver que, a partir do momento que desburocratizou, naturalmente, a corrupção diminuiu e mais pessoas puderam ter acesso aquele serviço; por isso ressaltou a importância de votar aquele projeto como estava na íntegra; pediu novamente a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que só gostaria de complementar tanto a fala do Tôm e do doutor Junior com relação a questão do Estado e que a ferramenta que o Estado usava era exatamente a lei, então quantas vezes se deparavam com conflitos de interesse de poder e, realmente era um cenário que viviam e que ao final da sessão ele queria falar sobre aquilo que eram usados através da ferramenta chamada lei e era ela que travava ou desburocratizava as coisas acontecerem, ela que ajudava ou dificultava o caminho; então tinha todo o processo democrático que lá ele defendia amplamente a democracia e que não tinha sombra de dúvida mas, tinha que atualizar a modernidade, o mundo atualizava, então mais uma vez insistia que quando usavam da ferramenta chamada lei e que aquela ferramenta vinha para poder criar óbices e obstáculos para que a Administração Pública avançasse, daí ele achava que teria que ser alterada, sim e ele acreditava que a própria Constituição de oitenta e oito sofreria algum tipo de alteração que vinha sofrendo ao longo dos anos mas, naquele mesmo sentido de facilitar aquelas ações; e para reforçar disse que no Poder Público Federal os Ministros tinham autonomia, exatamente, para assinarem as coisas e o Poder Público Estadual, os Secretários do Estado, também, tinham aquele poder e que lá estavam fazendo, nada mais que uma alusão ao Poderes acima constituídos para trazer como princípio o direito com assimetria ao centro, porque se os outros podiam, lá também podia; ele só queria reforçar as palavras e agradeceu o apoio dos dois Vereadores que se manifestaram favorável ao projeto de emenda constitucional; pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva dizendo que só queria destacar a discussão que foi feita naquela Casa a respeito do outro projeto que iria ser discutido logo mais e que estava desde fevereiro e queria dar os parabéns pelas comissões onde o Wilian Morrinho estava comandando e começaram a discutir aquele projeto quando estava presencial, então, realmente foi um projeto que foi esmiuçado na Casa e discutido e que já trouxeram o pessoal da Prefeitura para tirar dúvida e queria dar os parabéns para os Vereadores pela disposição de estarem indo atrás das coisas e estar discutindo; e ele queria destacar a Constituição de oitenta e oito e que tinha uma contradição quando as pessoas colocava, o que o Tôm colocou a questão do socialismo e, infelizmente não viviam num País socialista então, tinha que tomar cuidado com que falava porque tinham uma economia liberal, uma economia capitalista liberal por isso que, às vezes, tinha aquela contradição entre atender as questões do pedido do





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mercado e atender o sistema capitalista e, também, colocar a Constituição para funcionar; então tinham algumas contradições e, realmente tinham alguns avanços do ponto de vista social que chocava a questão do liberalismo e que aquela era discussão que valia um seminário, valia um simpósio mas tinha, realmente, uma contradição na Constituição, claro que os Deputados que passaram e que iriam passar tinha o poder de estar discutindo mas, não era uma discussão fácil, iriam anos e anos para destravar a questão da Constituição e colocar ela, realmente, na realidade do capitalismo e, no hoje, viviam a questão liberal então, muitas vezes chocava com que tem de social na questão da Constituição; então ele queria destacar aquilo porque aquela discussão era longa e que não era em dez e quinze minutos que iriam conseguir aprofundar a questão do socialismo e capitalismo que a Constituição de oitenta e oito falava e que aquele destaque era um belo debate e, infelizmente não tinham como estar aprofundando lá; pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio dizendo que gostaria de ressaltar mais uma vez o que ele disse e, infelizmente, não viviam num País estritamente capitalista e que o País era muito atrasado em muita coisa e que estudos mostravam que os países mais livres e onde havia mais liberdade econômica maior liberdade individual das pessoas e maior índice de desenvolvimento humano e que as Nações mais prósperas e mais ricas onde as pessoas tinham uma seguridade social melhor eram as Nações onde o liberalismo, de alguma maneira, foi avançado e foi colocado em prática e que um exemplo simples daquilo e que ele via muita pouca coisa social na Constituição, ele via mais embates e limitações que atrapalhavam as pessoas crescerem, desenvolverem com as próprias pernas; ele sabia que aquela discussão era um pouco longa mesmo, concordava com aquilo e, infelizmente ele não tinha o poder de decidir sobre aquilo lá em cima, no Congresso Nacional, mas o Brasil precisava, urgente de um choque de liberalismo econômico e não só o liberalismo econômico mas o liberalismo social e liberalismo que preservasse a liberdade de cada indivíduo ser protagonista do seu futuro. A seguir, em primeira votação Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 001/2021, foi a mesma aprovada por dez votos favoráveis e três contrários dos senhores: Francisco de Souza Campos, Rodrigo Reis de Souza e Wanderley Teodoro Filho. 2 - Projeto de Lei nº 005/2021 do Executivo Municipal – institui o Programa de Parcerias Público-Privadas, bem como dispõe sobre normas para licitação e contratação de parcerias-públicas-privadas no âmbito do Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, III do R.I.). Foram apresentadas as seguintes Emendas, que o senhor presidente solicitou para que fossem feitas as leituras: Emenda nº 001 – do Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior altera o inciso XII e acrescenta-se o inciso XIV ao art. 13 do Projeto de lei nº 005/2021. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador-art.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

297, I, “a”) pediu a palavra o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior dizendo que ele achava que estava claro na justificativa se os nobres colegas já conheciam a justificativa dele e estava claramente exposta; o momento em que os valores repassados pelo Município, deveria constar no contrato e não só no momento da licitação, era aquilo que ele achava e que a lei federal falava e ele concordava com ela, não sabia porque foi suprimido no projeto; quando os bens depois de vinte anos retornavam ao Município, trinta anos deveria haver, segundo a lei federal e na opinião dele, uma avaliação de como aqueles bens estavam retornando, se adequadamente ou se estavam sendo destruídos, era o mínimo que poderiam exigir do parceiro privado e que eles ainda não tinham uma lei no Município que exigia a contratação de seguradora para as obras, aquela lei estava proposta pelo nobre vereador, estava em avaliação no jurídico que por enquanto dizia que era inconstitucional, então não sabiam o que iria acontecer no futuro e ele achava que o bem público merecia ser resguardado, aquele era o objetivo da emenda dele e ela não atrapalhava em nada o desenvolvimento publico privado e a maioria dos contratos constavam aqueles incisos; em seguida, pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo, dizendo que queria fazer um questionamento ao doutor que quando ele acrescentava a redação no final do inciso doze foi transcrita da lei federal aquela complementação, aquilo era o que ele entendeu, aquela era a primeira pergunta e perguntou também, o inciso catorze colocado, se não existia na lei federal, se ele estava sendo criado naquele momento para aquela lei municipal; o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior pediu a palavra e falou que ele tinha dois assessores, o oficial que era o doutor Pedro Cosmo e o pessoal que não constava da folha de pagamento da Câmara, o filho dele, bacharel em direito, e foram eles junto com ele fizeram aquela, o final do inciso doze queria reforçar que ele só valia quando verificada a hipótese do parágrafo segundo, que o contrato poderia prever o aporte de recursos; o inciso catorze constava na lei da cidade de Santos, que pareceu bem completa e por aquilo eles acrescentaram aquele recurso do Município receber reparação se por acaso o bem que foi disposto no início do contrato fosse devolvido em condições inadequadas; pediu mais uma vez a palavra e disse que com o final da redação do inciso doze ele achou bastante interessante porque remetia a lei federal, era um complemento que não prejudicaria se não existisse e sabia que o artigo quinze com seu parágrafo constava no mesmo corpo da lei, não estariam perdendo um pedaço, acrescentando ou melhorando a redação, mas o que ele ficou com um pouco mais de dúvida, não sabia se o inciso catorze era oportuno para aquele tipo de colocação do projeto, ele achava que na concepção aos autores que o ajudaram elaborar, ele tinha o maior respeito a eles mas, ele achava que a colocação do inciso catorze na emenda prejudicava a adição copiando o doze e ele não poderia comungar da opinião da realização da





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

emenda mas, ele respeitava a decisão do doutor, achou que ficou muito bom, mas colocar no mesmo corpo da mesma emenda, prejudicava a adição do inciso catorze; em seguida o senhor Alaercio de Toledo Lima Junior pediu mais uma vez a palavra concordando com quase tudo o que o Waltinho falou mas, depois de horas de discussão na reunião de comissão em que concordaram com tudo aquilo, muito daquilo foi feito em conjunto na reunião de comissão, ele ficava um pouquinho admirado que de uma hora para outra as coisas mudaram, mas ele aceitava o comentário dele, achava justo e dizia mais uma vez que não era expert naquele assunto, ele só sabia tirar neném da barriga mas, aquilo tudo foi amplamente discutido e já haviam concordado com tudo, era claro que aceitava as sugestões dele; em seguida e mais uma vez pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele concordava com o doutor Junior que eles tiveram uma longa discussão mais de um mês sobre aquele projeto e ele não havia se lembrado se ele estava na lei federal mas lembrava de que o doze era um complemento e foi que claramente se lembrava de que quando acrescentou ele falou que colocaram ele para ficar igual a lei federal, e o catorze ele não se lembrava se estava na lei federal, ele não sabia se estavam modificando muito a lei federal, se saíam um pouco da lei federal, poderiam atrapalhar um pouco a concorrência para que a PPP pudesse acontecer, pedia vênha mais uma vez a ele, com todo o respeito, concordava com a questão do acréscimo do doze para completar a lei, para ficar igual a federal, só pedia para divergirem o catorze, aquela era a interpretação dele; em seguida e mais uma vez. A seguir, em votação a referida Emenda nº 001 foi rejeitada por oito votos contrários e quatro favoráveis dos senhores: Francisco José Alaercio de Toledo Lima Junior, Rodrigo Reis de Souza e Wanderlei Teodoro Filho. 2 - Emenda nº 002 – do Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior. Altera o inciso II e acrescenta-se o inciso III ao art. 11 do Projeto de lei nº 005/2021. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador-art. 297, I, “a”) pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo, parabenizando o autor da emenda e lembrando que discutiram muito a palavra RMC que estava preferencialmente e aquilo era o foco das discussões, não obrigatoriamente, poderiam preferenciar a Região Metropolitana de Campinas mas, também poderiam fazer aquilo em nível Brasil em qualquer localidade que tivesse a língua portuguesa; quando eles colocaram a questão da língua portuguesa pegava todo o país, eles acrescentaram a RMC; naquele momento o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior fez um aparte, dizendo que sim era para eles não inventarem de fazer uma arbitragem na ilha de Açores, onde propunha que poderia falar português e que proporcionaria uma grande viagem de turismo; não estava falando para a legislatura atual mas, para trinta anos adiante, ele não também, por exemplo na cidade de Natal, tudo aquilo desnecessariamente seria um gasto muito grande, sabiam, não eram anjos, eram seres humanos e na





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

opinião dele precisavam restringir os locais para locais próximos sem atrapalhar o parceiro privado, que se eventualmente preferisse e fosse acordado que fosse Manaus, um lugar mais distante ele acreditava que poderia ser cumprido de forma adequada; o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo, continuou sua fala dizendo que ele gostaria de reforçar seu entendimento na reunião das comissões, aquela emenda estava para colaborar com o projeto, não prejudicava o projeto, clareava mais ele, colocava em uma situação mais regionalizada favorecendo custos e despesas; pediu apoio dos colegas para aprovação daquela emenda que estava para somar e não dividir ou diminuir a qualidade do projeto; a seguir, pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio, parabenizando o doutor Junior por aquela emenda e observação; eles discutiram amplamente o processo e aquela foi uma das que ele teve a oportunidade de falar com doutor Junior pessoalmente também, então era para contar com o apoio dele naquela emenda. A seguir, em votação a referida Emenda nº 002 foi aprovada por unanimidade de votos. 3 - Emenda nº 003 – dos Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior. Acrescente-se redação ao inciso I, do art. 9º do Projeto de Lei nº 005/2021. Terminado o prazo concedido, o senhor presidente reabriu a sessão solicitando para que fosse feita a leitura da emenda nº 03. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador-art. 297, I, “a”); pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo, dizendo que tiveram lá uma grande discussão sobre aquela emenda e lá ele fazia vênias à proposta dele que apresentou e o que o chamava atenção e causava um certo desconforto, ele foi consultar o Governo em algumas questões, quando colocava o Poder Público por outras Secretarias não tinham o problema de estarem cobrando, convocando e colocando as pessoas na Comissão e quando chamavam a iniciativa privada e colocavam como item obrigatório a iniciativa privada dentro de um Conselho poderiam ter o problema de não comporem o Conselho, ele era parte integrante, essencial e necessária para a formação da Comissão que iria fiscalizar, elaborar e discutir a questão da PPP, lembrando que quando tinham um conselho de responsabilidade como era o da PPP, os membros respondiam com seus patrimônios pessoais para qualquer eventualidade ou irregularidade que acontecesse na PPP e ao levar a iniciativa privada gratuitamente para uma discussão daquela poderia ocasionar a dificuldade de encontrar membros conselheiros para aquela ocasião, então seria viável uma análise mais aprimorada, usando como exemplo os modelos do próprio Executivo levou para elaborar a proposta de Jaguariúna, e pela responsabilidade que a iniciativa privada atribuía, ele queria ouvir o Ton que fazia parte daquela emenda e mais uma vez ele gostaria de registrar lá aquele comentário, porque ele via prejudicada a emenda por aquele detalhe. A seguir, o senhor presidente suspendeu a sessão para que pudessem sanar dúvidas sobre emendas. Terminado prazo concedido o senhor presidente reabriu a sessão, retomando a





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discussão da referida Emenda nº 002; pediu a palavra o senhor Walter Luiz Tozzi de Camargo, dizendo que ele queria mais uma vez reforçar o entendimento dele, que tinha lá uma emenda que tinha qualidade mas, que ele via prejuízo para efetivar a parceria público privada, que era a sociedade civil naquelas condições de obrigação de compor conselho, inclusive como ele falou sobre o patrimônio, via ela prejudicada por aqueles detalhes e pediu aos vereadores a rejeição da emenda para não prejudicarem o projeto principal; a seguir, pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio, dizendo que diante daquela discussão ampla que tiveram de ampliar o conselho gestor, também chegaram àquela conclusão a demais entes envolvidos naquele projeto de lei, então daria seu voto contrário à inclusão daquela emenda no projeto, já que olhando um pouco a Lei Estadual do PPP não encontrava a participação de outros entes como membros natos, então visando seguir o máximo possível daquilo que foi estipulado pelos Governos Estadual e Federal, ele compartilhava da mesma idéia de que a redação deveria seguir como a original. A seguir, em votação a referida Emenda nº 003 foi rejeitada por oito votos contrários e quatro favoráveis dos senhores: Francisco José Alaercio de Toledo Lima Junior, Rodrigo Reis de Souza e Wanderlei Teodoro Filho. 4 - Emenda nº 004 – dos Srs. Francisco de Souza Campos – Wanderley Teodoro Filho – Rodrigo Reis de Souza – José Alaercio de Toledo Lima Junior. Dá nova redação ao inciso II, do art.5º, do Projeto de Lei nº 005/2021. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador-art. 297, I, “a”); pediu a palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza dizendo que aquele artigo quinto estava sugerindo emenda para que as Parcerias Público-Privadas nos serviços vinculados a Saúde, Educação e Saneamento e que ele via que eram serviços essenciais e deixar na mão da iniciativa privada que visava o lucro, aqueles serviços iriam passar a serem produtos, onde quem tinha recursos iriam obter já que não tinha ficariam sem; e disse que aquilo não era pensar no cidadão de baixa renda já que era uma forma de exploração, deu um exemplo, que o saneamento poderia ser o aumento da tarifa; mas poderia reiterar também, de acordo com o estudo que ele tinha do TNI que era um Instituto da Espanha que a distribuição de água em alguns setores que estava no foco das Prefeituras, e comentou que por todas as situações lá vividas, moradores sentiram a diferença nos bolsos, uma vez que um levantamento do Tribunal de Contas da Espanha mostrou que em um curto médio por habitante baseado na água geridas pela iniciativa Privada era vinte e um vírgula sete por cento mais cara do que aquelas controladas pela município e que nas contagens do TNI vinte e sete cidades espanholas já haviam tomado de volta a concessão de água em dois mil e dezessete, além de energia e coleta de lixo que eram outros serviços que, também foram revistos pela Prefeitura do País; daí ele pediu, encarecidamente que os nobres colegas pudessem acrescentar a emenda e que





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pudesse compactuar o pensamento deles de que as exceções de água, saneamento, esgoto, saúde e educação fossem excetos naqueles serviços; agradeceu e desejou boa noite a todos; Pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que queria tecer alguns comentários sobre as emendas e que tiveram, também, na maioria das discussões a situação já colocada e que iria reforçar lá o seu entendimento que achava que a lei não tinha que ter exclusão de nada, tinha que ter uma lei que fosse facilitadora do Poder Público, deu um exemplo, quando excluíram a questão da Saúde poderiam fazer, evitar que a Cidade tivesse um projeto como teve em São Paulo que era o Corujão da Saúde onde através de uma Parceria Público-Privada pudessem ter um equipamento de alto valor já que aquela lei previa investimentos acima de dez milhões; então os cofres públicos terem dez milhões, no mínimo, em qualquer investimento não era fácil então era só com Parcerias Público-Privadas e que, naquela mesma situação ele não via nenhum tipo de problema se criava uma Parceria Público-Privada para a Saúde para trazer equipamento, por exemplo, de ressonância, aparelho de imagem ou qualquer outro tipo de investimento acima de dez milhões que possa o particular utilizar de um horário que não estava sendo cedido à população do município de Jaguariúna para que pudesse, sim, na Parceria Público-Privada auferir o seu retorno no investimento; então mais uma vez ele clamou aos Vereadores que aquela emenda não deveria prosperar, deveria ser rejeitada para não criar óbices para que a lei da PPP, atrapalhasse as áreas que pudessem ser atingidas e que não tinham como prever o futuro e, as vezes, a necessidade de um investimento, numa determinada área como aquelas três que foram citadas ficava prejudicada porque a lei era restrita demais; então ele acreditava que deveria deixar a lei da forma que ela estava; mais uma vez agradeceu o Presidente e deixou a vênua aos nobres propositores da emenda; Pediu a palavra o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior dizendo que era engraçado porque acabaram de aprovar uma lei autorizando o Executivo a entrar num Consórcio Intermunicipal para aquisição de material caro para a Saúde e que então, teriam duas vias, ele não tinha nada contra mas era o que tinha em mente, eram duas vias; disse que sabiam que já estava em processo o saneamento básico, pelo menos, a água e pelo que ele sabia o saneamento se tornou a maior autarquia na Cidade, então para que incluir no PPP se seria uma autarquia; e que discutiram amplamente aquilo e que sabia a opinião de cada um deles, dos nobres colegas, a respeito da PPP e da necessidade, ou possibilidade, da vantagem de se excluir a Saúde, Educação e Saneamento da PPP, por isso ele assinou aquela emenda porque achou que era uma, uma... e que no início foi até contra porque achou que era um anseio da maioria; era só aquilo que queria falar e disse que parecia que tinha uma orientação para que o texto original passasse, era só aquilo que gostaria de falar e desejou boa noite;





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pediu a palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza dizendo que gostaria de mais uma vez reiterar o estudo que compartilho com eles mostrando que, uma das formas de exploração do saneamento básico ao invés de ser uma prestação de serviço e que a partir do momento que se tornava produto de uma iniciativa privada, com certeza, as pessoas de baixa renda seriam afetadas por aquele motivo e que uma das formas de exploração da iniciativa privada do lucro no saneamento, era aumentando a tarifa e aquilo, com certeza, iria afetar o morador, se caso acontecesse uma Parceria Público-Privada na água de Jaguariúna e era por isso, principalmente, que ele pediu encarecidamente aos nobres colegas para que compactuassem daquela emenda e que apreciassem a emenda referida; agradeceu; pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio que, primeiramente, saudou a todos novamente dizendo que queria gostaria de dizer que, infelizmente, aquela emenda era um equívoco total porque não estava alinhada ao que dizia a lei Federal, a lei catorze mil, zero vinte e seis previa que, a iniciativa Privada em seu artigo quarto diz que deveria participar e que a regularização sanitária seria feita em parceria com o setor público e o objeto daquela lei que foi aprovada nesse ano e que era um avanço de cinquenta por cento da população brasileira não tinha acesso ao serviço básico de saneamento, não havia acesso no Brasil e que viam exemplos de diversos países que universalizaram e fizeram com que a água chegasse na casa do mais pobre em parceria com a iniciativa privada e que o Chile era um exemplo daquilo, um país vizinho nosso com uma economia muito parecida com a nossa, um país, inclusive, com menos recursos que o nosso mais que conseguiu chegar a marca de noventa e nove por cento da sua população com acesso a água e esgoto tratado e, infelizmente, aquela não era a realidade do Brasil; então para quem ficou até o final da discussão, da última reunião de comissão, ele trouxe a lei Federal que era o que guiava eles porque não adiantava querer inventar moda e que a lei Federal dizia aquilo, dizia que o novo marco do saneamento básico propõe em estimular a livre concorrência, a competitividade, a eficiência e sustentabilidade econômica na prestação dos serviços; ele achava que era de um tamanho equívoco a falta de um pouco de se dedicar e estudar aquilo que o Brasil vinha fazendo nos últimos anos; o Governo Federal vinha falando daquilo e inúmeros especialistas da área vinha falando daquilo e disse ao cidadão que quisesse acessar era para acessar o site [www.portalbrasil.com.org](http://www.portalbrasil.com.org) e que teriam todas as informações a respeito do saneamento básico no Brasil e, inclusive na nossa Cidade que, infelizmente não apresentaram números relevantes naquele sentido e que a participação da iniciativa privada poderia ser, não estava dizendo que era, estava dizendo que poderia ser a solução para que a água parasse de faltar na casa, para que a tubulação da Cidade fosse reformada e aquele que reclamava que, as vezes, a água chegava com cor estranha em casa, talvez a iniciativa privada poderia





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

acelerar os investimentos assim como cidades vizinhas a nossa que fizeram e obtiveram êxito; e sobre a questão da Saúde mais uma vez reiterava a lei Federal e o que dizia a lei Federal sobre aquilo: artigo cento e noventa e nove, a assistência a Saúde era livre; a iniciativa privada, parágrafo primeiro: as instituições privadas poderiam participar de forma complementar no Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste mediante contrato público ou convênio, tendo preferência as entidade filantrópicas e sem fins lucrativos; então disse que cabia lá a reflexão e entender, mais uma vez, e que ele já cansou de falar aquilo lá e que precisavam desburocratizar e tirar o Estado de onde não dava conta de fazer, não estavam falando lá que nunca mais o Estado, a Prefeitura não teria o controle sobre o Saneamento Básico sobre a Saúde e sobre a Educação, ele só estava falando que, se houvesse o interesse da iniciativa Privada de ajudar com os investimentos, seria possível participar e que aquilo jamais iria sair do controle do Poder Público, jamais iria sair do controle da Câmara, jamais iria sair do controle do Secretário de Meio Ambiente ou que fosse do Prefeito; enfim, no ponto de vista dele o voto era totalmente contrário aquela emenda no seu ponto de vista quer restringir a participação da iniciativa Privada nos investimentos da Cidade, era um total retrocesso e daí estavam dando mais argumento a ele para dizer como o nosso País, realmente namorava o tempo inteiro com socialismo e comunismo, quem era contra o lucro e quem gostaria de confiscar o lucro, eram os socialistas, Stalin, Lenin, Trotski e Mao Tsé-Tung eram esses, e que era para ver a realidade daqueles países onde o Estado se metia em tudo e era para ver a realidade de outros países onde a iniciativa privada era tida como um parceiro e não como um inimigo (naquele momento o senhor Presidente solicitou ao Vereadores para serem mais breve em suas falas, pois só tinha trinta minutos, e claro que poderiam entrar com um requerimento de prorrogação mas, pediu para serem mais breve nas palavras para terminar dentro do tempo e que tinha meia hora ainda para discutir dentro daquele projeto e outro projeto de lei, também); pediu a palavra o senhor Francisco de Souza Campos dizendo que corroborou com a proposta de emenda e foi pela seguinte avaliação e ele avaliou que, no hoje, o departamento de água estava, já tem aprovado um investimento de uma nova ETA e que o esgoto da Cidade, no hoje, estava em setenta, salvo engano, setenta ou oitenta por cento do esgoto tratado e de acordo que ele teve de informações da própria Secretária de Meio Ambiente, existia a expectativa que logo em breve teriam cem por cento, do esgoto tratado; com relação aos outros temas, as outras áreas, na verdade, Saúde e Educação ele corroborou pela seguinte ideia de que eram atividades basilares do Poder Público então entendia que, terceirizar aquele tipo de serviço daquelas áreas seria algo a ser pensado não naquele momento, enfim, a alternativa que encontraram de não retirar a proposta do texto original; gostaria de





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

complementar ainda a ideia de que era a favor de Parceria Públicos-Privada era uma modalidade criada em dois mil e quatro pela lei Federal, salvo engano, mas que acompanhava a mesma ideia, não era igual mas era diferente da concessão comum, era diferente da privatização era uma modalidade que envolvia dois parceiros, um público e outro privado, claro que poderia ter a contra prestação pecuniária cobrada através de taxa do usuário e, também, tinha a contra prestação, também do Poder Público; de maneira geral era aquilo que ele queria expressar e agradeceu; pediu a palavra o senhor José Muniz dizendo que cumprimentou a todos novamente e, primeiramente queria parabenizar o líder de Governo o Walter Tozzi que estava explanando muito bem, explicando muito bem na fala dele e que estava ficando bem claro o porquê, de não as emendas, e que concordava com o Walter onde o nosso Presidente ficava pedindo, implorando, correndo atrás de pessoas para que ele pudesse trabalhar e que aquilo era ridículo; e quando foi cobrado o Executivo deveriam dar condições para ele poder trabalhar e que acreditava que com aquelas leis, o Executivo iria ser mais cobrado não só por eles, Vereadores, mas também pela população, prometeu tinha que cumprir; então ele não viu o porque e disse ao doutor Junior que concordava com ele e que discutiram muito bem aqueles três itens na Câmara que era a Saúde, Educação e Saneamento básico e que fizeram uma reunião recente com a Secretária de Meio Ambiente e ela falou que só em Saneamento era de sessenta milhões para poder resolver o problema do Município; então sabiam que o Município não tinha condições de dar o que a população merecia, não tinha condições de tirar tudo do caixa e fazer tudo aquilo que a população almejava e tudo aquilo que, as vezes, até em promessas de campanha; então a responsabilidade aumentava não só com o Prefeito atual tanto para o próximo que iria assumir a cadeira e, sabendo que nada iria impedir ele de estar realizando e cumprindo as promessas de campanha eleitoral; e parabenizou o Waltinho mais uma vez que explanou muito bem e que estava bem claro a explanação do líder de Governo, e que estava ficando bem claro para a população e para todos que não era por causa da emenda A, B ou C do Vereador A, B ou C, não era aquilo e que estavam lá para fazer o melhor, conversar e discutir o que era melhor para a população; lá ele cobrava e falava muito em Santana de Parnaíba, uma cidade vizinha que era exemplo, ele foi até lá e conversou com o ex-Prefeito Aldo César e que o atual era o Antonio, era uma cidade para pegar de exemplo e que lá tinham tudo que estavam sendo aprovado naquele momento; então o Prefeito tinha toda a autonomia e autoridade para trabalhar e fazer aquilo que achava que deveria ser feito dentro da lei; e disse ao doutor Junior que estava tentando explicar para ele mais rápido possível pois o tempo dele estava estourando o porquê da mudança de opinião e ele acreditava que, dando aquele poder ao Executivo para não ficar pedindo toda hora ou passando toda hora, tendo a burocracia que





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sabiam que existia quem sabe conseguiram fazer uma Jaguariúna ainda melhor e modelo; e que o Ton Proêncio foi muito bem nas colocações dele e o que não dava mais era para ficar amarrado, ficar pedindo, implorando para fazer aquilo que era bom ; aquilo que era bom e dentro da lei tinha que ser feito, tinha que dar o melhor para a Cidade e para a população; disse ao doutor Junior que era aquilo e que a emenda seria de grande valia, muito boa mas, como o Waltinho explanou que, as vezes, estariam amarrando, dificultando os parceiros estarem vindo, investindo e que seria só aquela a mudança de opinião dele e que não tinha dado a opinião concreta sobre as emendas e foi conversado só uma vez e daí pegava uma informação ali e ia buscando o que, realmente, foi feito na região e, no hoje, achava que o líder de Governo tinha toda a razão e tinha que deixar o Executivo trabalhar e fazer o que ele achava melhor para a Cidade e para a população porque, no hoje, tinha o voto da maioria, a confiança da maioria, então nada mais justo do que deixar o Executivo, não só ele mais o próximo Prefeito, ele voltou a dizer, em ter aquela responsabilidade de estar fazendo, prometer e cumprir; agradeceu; pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio dizendo que queria completar só mais uma coisa daquilo que falou ali e queria acrescentar mais uma informação para o cidadão jaguariunense e todos que estavam lá presentes a respeito do que foi estipulado na lei Federal do novo marco do Saneamento Básico relativo a questão dos mais pobres e as medidas tarifárias, aquilo era um exemplo e que ficava claro que o Ministério do Meio Ambiente e os especialistas do Ministério da Economia pensavam no mais pobre; o artigo quatro da lei Federal que falava sobre o saneamento básico dizia que, para o fim de tal disposto as normas de referência de regulação tarifária estabeleceriam os mecanismos de subsídios para a população de baixa renda, a fim de possibilitar a universalização do serviços, ou seja, o cidadão pobre que não tinha condição de pagar a tarifa de água que seria cobrada, ele seria, sim amparado pelo Governo, seria, sim amparado pelo Poder Público e que inúmeras cidades fizeram aquilo a exemplo de Limeira, Niterói que possuíam tarifas sociais e, naturalmente, os mais pobres teriam acesso aos serviços pagando o que cabia no bolso deles, assim como os mais ricos pagariam o que cabia no bolso deles; o que não podia acontecer era o que ele via acontecendo na Cidade, naturalmente quem morava nas regiões mais centrais possuíam um poder aquisitivo maior e, naturalmente a água chegava para aquelas pessoas e as pessoas que moravam nos bairros mais afastados que, geralmente possuíam um poder aquisitivo menor, pagava o mesmo preço das pessoas que moravam nas regiões centrais e não chegava o serviço em casa; então era o novo marco do saneamento básico que era uma maneira de equilibrar o serviço para todos, de universalizar e fazer chegar para todo mundo água e esgoto tratado; ele achava que todo mundo sabia lá que a cada um real investido no saneamento básico, deixava de gastar quatro na





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Saúde; então era importante demais não limitar nenhum tipo de atuação do Governo para construir parcerias para que pudesse beneficiar o cidadão, inclusive os mais pobres os que moravam nos bairros mais afastados que não possuíam saneamento básico, por exemplo, quem teve a oportunidade de andar em bairros mais afastados como Tanquinho, por exemplo, como o próprio Capitinga, pois quem teve a oportunidade de andar naqueles bairros viu a realidade das pessoas que, em pleno século vinte e um tinha que viver com fossa porque não chegava esgoto tratado lá e, também tinha o problema de poder chegar a água lá; A seguir, em votação a referida Emenda nº 004 foi rejeitada por oito votos contrários e quatro favoráveis dos senhores: Francisco José Alaercio de Toledo Lima Junior, Rodrigo Reis de Souza e Wanderlei Teodoro Filho. A seguir, o senhor presidente fez um requerimento verbal, de acordo com parágrafo quarto, artigo cento e quarenta e um do Regimento Interno, solicitando para que aquela Sessão Ordinária fosse prorrogada por mais meia hora de duração. Em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, solicitou para que fosse feita a leitura da Emenda nº 005 – dos Srs Francisco de Souza Campos – Wanderley Teodoro Filho – Rodrigo Reis de Souza – José Alaercio de Toledo Lima Junior. Acresce parágrafo único ao art. 7º, do Projeto de Lei nº 005/2021. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador- art. 297, I, “a”); pediu a palavra o senhor Francisco pediu a palavra dizendo que ele queria falar em nome de todos os propositores que aquela proposta de modificação da reação nada mais era do que adequar com a Lei Federal, então com base naquilo que não estava detalhada aquela questão na redação original em que era necessário quando se tratava de concessão patrocinada de setenta por cento da remuneração do parceiro privado, quando fosse pago pela Administração Pública, precisava de autorização legislativa, então com base na Lei federal cresceram aquele parágrafo; a seguir, pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo reiterando o pedido que aquela emenda acabava atravancando o andamento do projeto, reforçando que era a primeira sessão com um projeto um pouco maior, de grande volume para a cidade, de grande importância e aquele processo democrático se fazia daquela forma, de divergências de idéias; reforçou o entendimento que emenda não deveria prosperar, deveria ser rejeitada, porque ela colocava ósis na hora de buscar a parceria publico privada e o setor privado demandava tempo, que o tempo era a favor ou contra as coisas acontecerem; pediu aos colegas para rejeitarem a emenda, mantendo o respeito e admiração aos colegas que apresentaram a emenda mas, eram idéias e opiniões divergentes naquele momento; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza dizendo que no artigo sete estavam solicitando mais de setenta por cento da remuneração quando paga com o dinheiro público dependesse de autorização legislativa, conforme mencionava a lei federal para





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que a autonomia deles como fiscalizadores fosse mantida, ele acreditava que o munícipe os deu voto de confiança para aquilo, e eles poderiam sim ir ao Ministério Público fazer uma denúncia mas, aquilo qualquer cidadão poderia, e ele tinha a certeza de quem o colocou lá queria que ele fizesse aquele papel de fiscalizador, e portanto, ele sugeriu aquela emenda e não se sentia resguardado e nem confortável caso as emendas não fossem aprovadas; A seguir, em votação a referida Emenda nº 005 foi rejeitada por oito votos contrários e quatro favoráveis dos senhores: Francisco José Alaercio de Toledo Lima Junior, Rodrigo Reis de Souza e Wanderlei Teodoro Filho. A seguir, o senhor presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 005/2021 do Executivo Municipal – institui o Programa de Parcerias Público-Privadas, bem como dispõe sobre normas para licitação e contratação de parcerias-públicas-privadas no âmbito do Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, III do R.I.); Pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que sendo representante do Executivo na Casa e que era o autor da lei, ele pedia o voto dos vereadores porque estavam fazendo um marco na cidade, para que a cidade olhasse para a frente e visse novos horizontes com perspectivas e que o prefeito deixou claro para eles as intenções do PPP e estavam lá mais de uma hora discutindo aquele projeto e via que a diversidade social que ele atingia era muito grande mas o foco principal era levar para Jaguariúna, construir através de PPP uma nova rodoviária que era um clamor da população; tentarem levar outras empresas para servir o Município, não ficarem presos somente a uma única empresa que prestava serviço de qualidade duvidosa, também levar o conforto e a segurança através de iluminação de led, colocando a cidade com iluminação eficaz, econômica, ecologicamente correta, fazendo dela a segurança que a luz levava para as diversas regiões de Jaguariúna e pensarem em um novo paço municipal que tivesse a estrutura e conforto para o servidor público e receber a população, a PPP era para aquilo e tinham tantos outros assuntos, estavam construindo um futuro para a cidade, através de uma lei que tinha estrutura, e estavam falando em dar uma nova estrutura para Jaguariúna, para melhorar a qualidade de vida da população; parabenizou o prefeito Gustavo Reis e sua equipa por encaminhar aquele projeto importante para a Câmara; pediu o voto de todos para aprovar aquele projeto; a seguir, pediu a palavra o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior dizendo que ele era completamente favorável ao PPP e pediu desculpas ao Waltinho dizendo que iluminação de led, rodoviária e paço municipal não eram saneamento básico, saúde, nem educação, concordava plenamente com a PPP e com o que o Ton tinha defendido lá, em muitas coisas, ele sabia que eles já tinham perdido mas, naquele momento do Brasil, Saúde, Educação e Saneamento Básico ainda precisava ser resguardado, era o que ele pensava, tinha uma veia liberal sim, mas ele se resguardava em alguns assuntos; ele iria





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

votar favorável ao PPP porque ele achava que seria um grande avanço para o Município mas, lamentava que perderam alguns controles que poderiam ter e que não atrapalharia a agilidade; em seguida, pediu novamente a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele só queria completar a fala do doutor e ele concordava e o projeto previa aquele implemento que tinham a seleridade de votar ele que tramitou na Casa mais de trinta dias em discussões e aprimoramento; ele falava em previsão de um ano um ano e meio para começar dar os frutos pelo tramite e parcerias, então torciam para que de lá há um ano, um ano e meio o país não estivesse no caos que estavam vivendo naquele momento, na questão da Saúde Pública, que estivessem em uma situação equilibrada estruturada para pensarem na rodoviária, no paço municipal de da iluminação de led, iam sair daquela situação, ele tinha convicção daquilo, primeiro porque o brasileiro era um povo muito trabalhador que lutava demais, depois tinham os Gestores de qualidade, os interesses as vezes atrapalhava mas sabiam que o Brasil tinha condições daquilo, depois de um ano, um ano e meio que a lei começava a provocar seus efeitos e eles estariam fora daquilo e sabia que a crise sanitária era gravíssima, destruía a economia e a Saúde pública, mas iam conseguir superar e crescer, a lei era de futuro e ele concordava com o doutor e tinha respeito por ele e as colocações dele e admirava ele e as colocações dele; a seguir, pediu a palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza, reiterando e parabenizando os colegas que em todas as reuniões de comissões debateram aquele projeto, ele não se sentia resguardado projeto porque nele não dizia que iria ser só para rodoviária ou para iluminação de led, ele se sentira muito mais confortável se resguardar, pensando na questão do saneamento básico, da saúde e da educação, da mesma forma como o colega mencionou que algumas PPPs pelo Brasil, pelo mundo deram certo, ele também levou lá alguns estudos de alguns locais, de alguns países que PPP em alguns lugares não deu certo e ele queria se resguardar, infelizmente ele não se sentia confortável para votar a favor do projeto ou das emendas; agradeceu pelo debate e argumentos, porém, não se sentia convencido principalmente para votar no projeto; em seguida, pediu a palavra o senhor Erivelton Marcos Proêncio parabenizando a todos pela discussão e disse que para cada um caso sobre PPP no saneamento básico que deu errado ele apresentava dez que deram certo, então ele ressaltava querer impedir a iniciativa privada de participar do desenvolvimento do país era o pensamento extremamente atrasado e talvez até socialista, ele como um liberal de direta raiz entendia que o Estado era sim provedor de diversos serviços mas, não necessariamente deveria ser o executor; os países mais desenvolvidos do mundo já mostraram aquele para todos, os países que um dia estiveram em situação de emergente, estavam evoluindo porque entenderam que o parceiro, a iniciativa privada poderia ser um parceiro e não um inimigo, estavam evoluindo e dando condições de vida melhor para os





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seus cidadãos; reiterou novamente, era para desestatizar tudo e tratarem a iniciativa privada como parceiro e não como inimigo; A seguir, em votação o referido Projeto de Lei nº 005/202, foi o mesmo aprovado por dez oito votos favoráveis e dois favoráveis dos senhores: Rodrigo Reis de Souza e Wanderlei Teodoro Filho. 3 - Projeto de Lei nº 006/2021 do Executivo Municipal – autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a União, através da 333ª Zona Eleitoral de Pedreira do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TER/SP, objetivando a cessão de estudantes estagiários (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, do R.I.). Leitura do Parecer em Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão e votação (Tempo de uso da palavra: 20 minutos, cada Vereador -art. 297, I, “a”) foi o mesmo projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente dá início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestarão sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.) - *Cada Vereador terá o prazo máximo de 05 (cinco) minutos para usar a palavra (Art. 297, III, “a”, IV do R.I.) e a Explicação Pessoal terá duração máxima de 30 (trinta) minutos - (§ 1º do Art. 168, R.I.):* A seguir, o senhor presidente informou aos senhores vereadores de que restavam vinte e cinco minutos para encerramento da sessão, portanto, passando para a Explicação Pessoal, que todos fossem sucintos nas palavras para que desse o tempo para todos. A seguir, pela ordem, fez uso da palavra o senhor Rodrigo Reis de Souza, registrando seu total pesar às famílias que estavam perdendo seus entes queridos devido a pandemia, principalmente o grande amigo dele que se encontrava intubado, precisando de orações e o irmão dele que se foi, a mãe dele, então ficava lá não só para aquela família conhecida, muito próxima dele, mas por todos que se foram com aquela doença e que se encontravam acamados, e que Deus abençoasse as famílias e cada um deles e todos que estavam os assistindo e que daquela forma pudessem se conscientizar, se distanciar, seguir os protocolos porque aquela doença era muito temida; desejou boa noite e agradeceu; a seguir, fariam uso da palavra os senhores Romilson Nascimento Silva, Silvio Luiz Telles de Menezes, que a passaram; pela ordem, fez uso da palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos dizendo o Rodrigo foi muito feliz nas colocações dele das tristezas e tragédias que todos viviam nos momentos atuais e que ele vivenciou momento difícil e que naquela noite apresentou duas moções de pesares, sendo a primeira pelo falecimento da mãe e a segunda, sete dias depois o falecimento da filha e que era muito duro viver o momento que todos estavam atravessando; tinham as disputas pessoais, como foi dito lá anteriormente, sobrepondo a vida das pessoas, era lamentável, triste uma situação daquela, mas cada um deles poderiam contribuir com a estrutura daquela ponte, com um tijolo, para





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

atravessarem o momento difícil, de algumas maneiras, uma delas se unindo naquele parlamento para lutar pelo justo, pelo melhor, para que pudessem ter suporte de um tratamento adequado fosse na primeira, segunda fase da doença, mas que pudessem dar ferramentas para os profissionais de Saúde trabalhar e poderem salvar vidas, outra maneira de contribuir era fazer a parte deles ajudando as pessoas a terem consciência de um momento grave e crítico que viviam, usar a máscara, passar álcool, evitar aglomeração era o mínimo para que a doença não avançasse; falou que ele tinha certeza de que Deus era maior do que tudo aquilo e o entristecia quando via uma discussão que iria acontecer no Tribunal Federal de tirar as possibilidades das questões religiosas naquele momento duro da realidade, e ele não estava falando da religião A, B ou C, ele estava falando como um todo e que Deus tinha de estar presente e acalento a todos que estavam sofrendo, para dar esperança através da fé, o entristecia ver a discussão da forma como iria acontecer em Brasília naquela semana; falou para lutarem pelo CROSS regional, para que a Saúde no Estado de São Paulo fosse mais ágil, mais rápida, e que uma das pessoas que ele citou pelo morte, naquela noite, tinha aguardado vaga desde o dia dezessete de março no sistema CROSS e a vaga saiu no dia do óbito dela e aquilo não dava para aceitar, para tolerar, perder vidas porque o sistema não funcionava; a seguir, fariam uso da palavra os senhores Wanderley Teodoro Filho, Wilian Barbosa do Morrinho, Ana Paula Espina de Souza Muniz, Cristiano José Cecon, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos que a passaram; a seguir, fez uso da palavra o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior que depois de cumprimentar todos novamente disse que o CROSS não tinha vaga porque não mantiveram os hospitais de Campanha, não investiram o dinheiro que foi estipulado para ser investido, dinheiro para construir hospital foi usado para pagar atrasado de funcionário, superavit de dez bilhões em um ano com pessoas morrendo por falta de vagas, aquilo era falta vontade, falta de vergonha, não era falta de Deus, era falta de trabalho, falta hombridade, roubo, poder, eleição, era a ultima vez que ele falava, não era falta de dinheiro, ele propôs lá algumas medidas que já foram mais do que discutidas, simples, banais e que já poderiam estar sendo feitas, já fazia quase um mês, e estavam vendo trinta e oito óbitos em março, coisas banais, orientação, acompanhamento horizontal, ele não estava falando de kit covid, as coisas poderiam ser feitas, eles tinham de fazer, ele iria continuar falando, desejou que Deus abençoasse Jaguariúna; e, seguida, fez uso da palavra o senhor José Muniz, que desejou boa noite a todos, dizendo que ele concordava plenamente com o doutor Junior, ele estava coberto de razão era realmente falta de vergonha na cara, pegou as ultimas palavras do Waltinho e perguntou será que o STF não tinha o que fazer?, tantas pessoas morrendo e eles não queria que as pessoas colocassem a fé e a confiança neles, no home, já estava mais do que provado de que não tinha condições, e que discutir se





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

templo iria fechar ou abrir era um absurdo perder tempo com aquilo, as igrejas eram essenciais na vida de todo mundo e aqueles que achavam que pastores sérios, padres sérios pegavam dizimo em ofertas para por no bolso era para irem nas igrejas verem o trabalho, m aquilo que era feito, ele estava cansado de ouvir pessoas falarem besteiras e não contribuírem com nada na vida do próximo, então aqueles que falavam para ficarem em casa e concordavam em fechar templo, se eles não se apegassem com Deus, iriam se apegar com quem?, com o home?, então o STF, deputados, senadores, governadores eram para tomar vergonha nas caras, porque acharem que um templo iria atrapalhar, aumentar o covid, era falta de vergonha na cara deles, o que não dava era para eles que eram cristãos e ele não estava falando de religião, de templo, mas ele falava da vida daquele que acreditava em Deus e fechar templo era um absurdo, a igreja dele que ele ia e conhecia muitas na cidade, católica, evangélica ou qualquer outra religião, fazia um trabalho muito sério na vida do cidadão, não era só dizimo e oferta não, eram cestas básicas, era buscar a pessoa que estava perdida nas drogas, que ninguém dava mais nenhum centavo por ela e valorizar, não para o homem mas, para Deus, colocar ela de volta na sociedade, o que levava a COVID era um mercado entupido de gente, uma lotérica entupida de gente, um campo entupido de gente, mas falar que pastores, igreja católica, evangélica tinha covid, era porque estava faltando Deus na vida; disse que o Waltinho estava coberto de razão, para aquele pessoal de cima criar vergonha na cara, para fazerem coisas que levassem benefícios, não fechar templos, perder tempo com aquela bobagem, a s igrejas tinham de permanecer abertas, quem quisesse buscar Deus, colocar sua confiança em Deus, que fosse até o templo, quem não quisesse que ficasse em casa, mas que não falasse besteira, que ao invés disso, que ajudassem o próximo, era a indignação dele, achava que aquele povo não tinha o que fazer e que a COVID não chegou até a família deles, até o amigo deles, porque se tivesse chegado até lá não teria naquela discussão que iria ter na quarta ou quinta feria, era pouca vergonha na cara; parabenizou o doutor Junior e disse que faltava brilho, honestidade, e acima de tudo faltava temor e Deus na vida daquele povo; desejou para que todos ficassem com Deus e Jaguariúna como o Watinho falou, eram do Município e que não perdessem a fé em Deus jamais, que todos acreditassem que Deus iria mudar todo aquele cenário, porque o homem não tinha mais como acreditar e confiar, era para confiar em Deus, ele era a saída e a solução para tudo; a seguir, tomou a palavra o senhor Presidente, Afonso Lopes da Silva dizendo que queria deixar lá um abraço para todos os vereadores, realmente tinha sido uma sessão pesada mas, estavam conseguindo contribuir com a cidade em um momento difícil mas, jamais aquela Casa poderia deixar de pulsar, eles iriam continuar com as sessões sempre de terças feiras de forma remota, até que mudasse as fases e Deus era grande, iriam mudar as fases e eles iriam voltar ao normal e voltar as sessões, e no futuro talvez com o publico presente na Casa, as pessoas





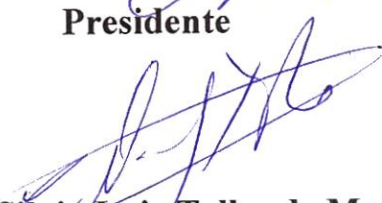
# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

treze de abril, as dezoito horas e trinta minutos; lembrou que na próxima quarta feira, dia seguinte, teriam reunião de comissões, as dezoito horas e eles tocariam a vida nas comissões, de forma remota; mandou um abraço a todos. A seguir, o Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia 13 de abril de dois mil e vinte e um, terça-feira, com início determinado para as dezoito horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.



**Vereador Afonso Lopes da Silva**  
**Presidente**



**Vereador Sílvia Luiz Telles de Menezes**  
**Vice Presidente**



**Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz**  
**Primeira Secretária**



**Vereador Cristiano José Cecon**  
**Segundo Secretário**